**MUDANÇA DE VENTO:
REDISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES NO ESPAÇO DE UMA
COMUNIDADE PESQUEIRA
LUCENA - PARAÍBA**

ANA GLÓRIA CORNÉLIO MADRUGA

Orientador : Profa. Dra. ROSA ESTER ROSSINI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO DEPART.

1985

A Moacyr pela companhia na incansável
viagem em busca do conhecimento e do amor

AGRADECIMENTOS

- À Rosa pela presença e participação nos momentos em que foi solicitada.
- Aos colegas e amigos que trabalharam e estimularam essa produção, suavizando o tempo com a perspectiva da liberdade.
- A Sandra, Zé Antonio, Ana Marangoni, Sevã e Myrna.

I N D I C E

	PÁG
1. + INTRODUÇÃO.....	1
2. - O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM LUCENA.....	9
2.1 - A Atividade Pesqueira em Lucena.....	9
2.2 - A Situação do Pescador em Lucena, em face da reorganização do espaço.....	25
2.3 - Condições da Ocupação do Litoral em Lucena.	30
3. - O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE LUCENA, EM FACE DA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR.....	57
3.1 - A Organização do Espaço, segundo a Divisão do Trabalho.....	57
3.2 - A Reorganização no uso do solo, no campo e na cidade, e o nível de consumo da População.....	74
4. - AS OPÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	86
4.1 - O Potencial Estuarino e Possibilidades de Expansão do Espaço Ribeirinho.....	86
4.2 - A Situação do Mercado de Trabalho em Lucena	92
4.3 - As Convicções Ideológico-Políticas sobre a Pesca e suas implicações nos discursos.....	104
5. - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
6. - BIBLIOGRAFIA.....	125

FOTOS: MOACYR MADRUGA
Janeiro de 1979
Lucena - Paraíba

	Pág.
FOTO 1 (Jangada de Bóia)	11
FOTO 2 (Arrasto)	13
FOTO 3 (Casa de veranista)	62
FOTO 4 (Coberta de uma casa)	70
FOTO 5 (Casas próximas à Lagoa)	72
FOTO 6 (Interior de uma caiçara)	73
FOTO 7 (Lucena Antiga e Banco)	81
FOTO 8 (Bar e Restaurante)	83

FOTO 9	
Descascador de coco)	98
FOTO 10	
(Catando peixe)	109
FOTO 11	
(Jangada de pau)	113

MAPAS

MAPA 1 - Posição do território paraibano face as antigas Capitâneas hereditárias.	35
MAPA 2 - Fluxos do Brasil com o exterior - 1759 - 1780	36
MAPA 3 - Distribuição geográfica da Capitania de Pernambuco e suas anexas em 1780	37
MAPA 4 - Distribuição dos Sítios em Lucena, ano 1977	47
MAPA 5 - Plano para a expansão urbana de Lucena em 1974	59
MAPA 6 - Limites do núcleo urbano em Lucena 1974	60
MAPA 7 - Ocupação do Município de Lucena em 1975	67

QUADROS

- Participação de pescadores no I Encontro Nacional de Pastoral de Pescadores - 1976	56
- Distribuição das atividades em Lucena - 1979	61
- Evolução da propriedade das terras de 1960 a 1980 no Estado da Paraíba, microregião do litoral e Municípios de Lucena e Santa Rita, segundo a condição dos estabelecimentos.	76
- Evolução dos grupos de área total de 1960 a 1980 no Estado da Paraíba, na microregião do litoral e nos municípios de Lucena e Santa Rita.	77
- Distribuição das atividades por Setor em Lucena. 1979	79
- Demonstrativo da produção de álcool em Usina e Destilarias que contribuem com caldas para o estuário do Rio Paraíba. 1981. 1982. 1983.	91
- Empregos na COPESBRA. 1979	96
- Situação da população por sexo e domicílio em Lucena e municípios limítrofes. 1980	103

INTRODUÇÃO

Nossa investigação sobre as condições de reprodução do pescador procede a partir da constatação de que, como trabalhador, ele contribui para a reprodução do capital e de que com a venda da sua força de trabalho e a produção doméstica de valores de uso ele influi na composição dos custos de sua própria reprodução. Com a necessidade de aumento na produtividade na atividade pesqueira desenvolveram-se novos padrões e condições de reprodução do pescador.

No discurso da pesquisa, encontramos sérias dificuldades na coleta de informações estatísticas sobre o tema. Deparamo-nos, também, com muito pouca bibliografia. Sobre o pescador e as comunidades pesqueiras em geral, ou mesmo especificamente. Essa ausência de pesquisas ou obras publicadas sobre o tema nos levou a avaliar, e deixar documentados, as condições de existência de pescadores artesanais, a partir da investigação das transformações recentemente ocorridas no município de Lucena (que abriga uma comunidade pesqueira) envolvendo a produção agrícola.¹ Preten

(1) Diante da falta de estatísticas que possibilitasse uma investigação mediada e diante da inexistência de bibliografia que complementasse essa investigação, optamos por desenvolver técnicas de observação participante, que implicam um contato sistemático e direto do pesquisador com o objeto de estudo por um certo tempo. Ao mesmo tempo, procuramos realizar uma abordagem que possibilitasse estudar uma organização espacial através da consideração das atividades econômicas locais e suas articulações com o restido território.

demos utilizar a categoria de formação econômica, social e espacial proposta por Milton Santos, como teoria e como método, para entender a origem e a evolução das formas que assumem as paisagens, em determinados momentos.

Com essa proposta entendemos ser possível a compreensão da paisagem como resultante da produção da sociedade. Dessa forma, podemos colocar em evidência não só as transformações que ocorrem ao nível da paisagem, mas também os movimentos que acontecem e envolvem toda a população num lugar determinado.

Na sua trajetória enquanto ciência, a Geografia manteve sempre uma preocupação com as formas surgidas a partir da superfície terrestre. Para percorrer esse trajeto, aproximou-se de outras ciências, e essa interdisciplinaridade acarretou a adoção de diferentes métodos, definidores do modo como seriam tratados os dados obtidos sobre a realidade estudada. À medida que os métodos contribuíram para desvendar ou ocultar as realidades estudadas, surgiram cada vez mais controvérsias acerca dos mesmos, fato este que propiciou um avanço contínuo, na procura de um discurso que fosse mais universal, no sentido da representação real das paisagens¹. O que fica evidente de todo esse questionamento é que o real não é composto apenas de fatos neutros, mas contém também um compromisso por parte daquele que pesquisa, em relação ao objeto estudado.

(1) As tentativas de união do tempo com o espaço na Geografia fizeram com que a ciência geográfica não contivesse fronteiras. Conseqüentemente, a paisagem estudada a partir de sua evolução social e econômica passou a ser reconhecida como um objeto de estudo plenamente válido da Geografia.

Tempo e espaço reunidos na Geografia fizeram com que essa ciência não se ocupasse exclusivamente de temas que lhes eram específicos, mas que abordasse uma temática que era, em grande parte, comum a outras ciências.

Uma vez que o nosso campo de pesquisa reproduz as contradições sociais da nossa sociedade, propomos realizar o nosso trabalho, dando atenção a ambos os fatores: espaço e tempo. Tempo este, em movimento constante, fazendo também a história atual.

Dessa maneira, ao estudarmos as transformações e os rumos da comunidade pesqueira em Lucena, procuramos colocar a situação espacial, de maneira que não só fiquem evidentes as feições atuais do nosso objeto de estudo, mas também que as suas formas antecedentes sejam consideradas como indispensáveis, para uma melhor compreensão do contexto sócio-espacial.

Com esse tipo de abordagem, pretendemos aplicar a metodologia que elege a categoria de formação econômica, social e espacial, como teoria e método para o entendimento das mutações que ocorrem nas paisagens.

O objetivo de nosso trabalho é o de estudar a população da comunidade pesqueira de Lucena, vista sob três aspectos: o do caráter da ocupação e povoamento do litoral, gerador das condições de ocupação atual da Praia de Lucena e da evolução da principal atividade desenvolvida pela população, a atividade pesqueira; o do deslocamento da população em Lucena, ante a reorganiza

ção efetuada no uso do solo rural e urbano do município; e o as pecto do quadro regional, no que diz respeito ao mercado de traba lho para essa população. O nosso ponto de partida é a forma de re produção da população que hoje habita parte dos primeiros espaços conquistados no litoral do Nordeste, bem como o seu comportamento em face dos avanços produzidos pelo desenvolvimento econômico , avanços estes que se manifestam, concretamente, na forma de orga nização da sociedade no seu território.

O entendimento da transformação da paisagem foi ini ciado pela análise da evolução da propriedade da terra, no lito ral da Paraíba. Com tal procedimento, pretendemos conhecer as con dições de desenvolvimento da atividade pesqueira, dimensionando assim a relação existente entre as formas de ocupação do espaço e sua transformação através da reprodução da população.

Trilhamos uma linha de investigação que nos fez remontar à época em que Lucena destinava parte de sua atividade à produção canavieira - possuindo um engenho no povoado de Bonsuces so , e à produção do coco e à pesca artesanal. Mesmo após a fase da produção canavieira que conduz a concentração de terras, a con centração das propriedades continuou a evoluir, dando origem à su bordinação de todos os moradores não proprietários, estando entre estes os agricultores, os tiradores de coco e, em maior número, os pescadores.

A atividade pesqueira artesanal predominante em Lucena apresentou sempre uma produção que privilegia o autoconsumo do pescador e, ao mesmo tempo, permite a sua reprodução, medi ante o consumo de outros produtos. À medida que o crescimento do

mercado consumidor urbano tornou-se o parâmetro de avaliação do montante necessário de pescado a ser produzido, a atividade artesanal passou a ser questionada, quanto à viabilidade de sua baixa produção, quando comparada com as possibilidades de produção de correntes da modernização das embarcações. Modernização essa, inviável para a maioria dos pescadores, devido às exigências peculiares aos financiamentos bancários, bem como ao estágio de qualificação da mão-de-obra local.

A introdução das novas técnicas foi feita pelo Estado, mediante projetos geridos pela EMATER, e os primeiros sintomas das transformações remontam ao início da década de 1970, quando a Capitania dos Portos restringiu a área de ocupação dos pescadores, situada em terrenos que pertenciam ao domínio da União.

Esta medida da Capitania dos Portos, em relação à propriedade de seus domínios, beneficiou apenas os proprietários de terra, uma vez que desocupou espaços e transferiu, de modo abusivo, os moradores para áreas sem infra-estrutura e menos valorizadas, não reconhecendo a circunstância de posseiros dos moradores pelo usucapião. A população atingida pelas determinações da Marinha acabou por instalar-se em terrenos onde foi permitida a posse para a construção de uma casa. E essas posses disseminaram-se pelas áreas menos valorizadas, do ponto de vista do uso do solo urbano.

Os terrenos aí disponíveis para a expansão natural e para imigrações, que têm um papel destaque no crescimento, da população do lugar, estão ainda condicionados à disposição do

potencial hídrico. Este, por sua vez, se apresenta sob formas de lagoas, maceiões e pequenos rios, tudo com um movimento flutuante, de acordo com a estação do ano e com o movimento das marés. Dessa forma, podemos visualizar uma diferenciação espacial na paisagem, que se estratifica socialmente da seguinte forma: por um lado, terrenos destinados à especulação imobiliária com fins de lazer para a classe média urbana, durante o veraneio, localizados à beiramar; por outro lado, terrenos insalubres, ocupados por uma população permanente e necessária à manutenção da produção local e da produção como um todo.

A baixa produção da pesca artesanal em Lucena promoveu a necessidade de engajamento numa atividade mais segura, quanto aos rendimentos, e fez com que muitos pescadores, alegando a baixa produção do pescado, se mudassem para a região Sudeste do país concentrando-se na área do porto de Santos, que permitia o envolvimento numa atividade portuária e em outros setores de serviço de mão-de-obra não qualificada. Esse movimento migratório estabeleceu uma relação entre Lucena e Santos e teve como resultado a assimilação de novos valores que, somados aos da população imigrante em Lucena representavam uma mudança no contexto dessa comumunidade; caracterizada, por um lado, pela adoção de novos valores e, por outro, por um empobrecimento ou permanência do estado latente de miséria.

A medida que podemos avaliar como se deu a evolução do setor pesqueiro em Lucena, podemos compreender melhor os momentos da luta travada por uma sociedade em transformação, sujeita aos impactos do desenvolvimento econômico. A presença constante de intermediários manifesta a dependência do pescador, frente

a agentes na comercialização do pescado, cujo papel é o de exploradores do trabalho do pescador artesanal, que na impossibilidade de armazenar e fazer circular seu produto, submete a sua produção ao "Pombeiro"¹. O motivo das dificuldades encontradas pelo pescador será encontrado, quando averiguarmos o papel do pescado na pródução da sociedade: O destino da produção pesqueira, o mercado a que ela se destina e a importância da produção pesqueira artesanal, ao nível das próprias comunidades pesqueiras, da região e do espaço nacional .

Em Lucena o pescado, além de constituir a alimentação básica da população, associado à farinha, serve de complemento alimentar para a população que frequenta as feiras de Cabedelo, Santa Rita, Sapê, municípios estes em que, se excetuarmos o primeiro, existe uma predominância da produção extensiva da canade-açúcar, do abacaxi e do fumo. Esse complemento chega às feiras sob a forma salgada, sendo particularmente apreciado pela população de baixa renda, que tem ainda como opção o peixe salgado proveniente do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.²

Aceitarmos que nenhum tema é exclusivamente geográfico, mas que só se torna geográfico, de acordo com a forma como é tratado, ou seja: com o método utilizado na observação e na análise do espaço, fez com que especificássemos os elementos propulsores das mudanças ocorridas na organização do espaço, pelos

(1) Denominação regional dada aos atravessadores na comercialização do pescado.

(2) O peixe seco do Sul e Sudeste do país, concorre com o pescado local, mas constitui um comércio mais formalizado. A localização desse tipo de comércio na feira é o interior da constru-ção central - o mercado público, entendido assim como uma atividade prevista. Ao passo que o comércio com o peixe seco proveniente do litoral da Paraíba não está necessariamente localizado nessas instalações e quando isso acontece quase sempre se foi repassado à ou-ros comerciantes.

deslocamentos da população. São assim, parece-nos possível enten
der que a viabilização das mudanças no setor pesqueiro em Lucena
se efetivou com a interferência do Estado, que, através da
EMATER/PESCART, tentou queimar etapas no desenvolvimento da téc
nica, ao introduzir técnicas mais rentáveis que as da pesca arte
sanal.

2. - O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM LUCENA

2.1 - A Atividade Pesqueira em Lucena

A atividade da pesca em Lucena envolve parte consi
derável da população. Não só produz a base da alimentação cotidia
na mas também move uma série de outras atividades que se desenca
deiam, a partir da produção do pescado.

No entanto, mesmo que, dentro da divisão do traba
lho local, a pesca ocupe lugar de destaque quanto ao envolvimento
da população com a atividade, a maioria dos pescadores pertencem
ao grupo de trabalhadores que empobrecem gradativamente.

Considerando-se a condição do pescador e do sítio
urbano do lugar, não é muito maleável e possível a passagem de
uma atividade para outra, embora saibamos que esse empobrecimento
gradativo do pescador significa uma força que o impele a uma mu
dança na forma de participar no mercado de trabalho. Não é maleá
vel a mudança de atividade, no sentido de que parte do processo de
trabalho está ainda no seu estágio artesanal, quanto à sua forma
de produzir. E assim, a divisão do trabalho se inicia nos estra
tos etários mais jovens da população e pode aparecer anos antes
do ingresso desse efetivo na atividade como população ativa. Em ou
tros termos: o aprendizado do ofício faz-se tradicionalmente ne
cessário. Dessa forma, as possibilidades reais para a efetivação
de uma mudança de atividade, muitas vezes, só se torna possível

redinha, a de linha, o curral e o arrasto.

A caçoeira necessita, no máximo, de duas pessoas para a sua prática utilizando como equipamento a jangada a pano, uma extensa corda com bóias para flutuação e um conjunto de anzóis presos a linhas que partem da corda flutuante. Desenvolve-se regulada pelo movimento das marés. Na maré vazante, a caçoeira é armada onde existe uma certa profundidade de água; na maré cheia, são pescados os peixes e, quando inicia o novo movimento de maré vazante, o pescador vai fazer a despesca, sobretudo de cações (daí o nome caçoeira) e de caçonetes.

FOTO 1 - A Jangada de cortiça, utiliza um tipo de madeira denominada regionalmente de Pau-do-Sul por ter sido durante muito tempo proveniente do Estado de Alagoas. Sua durabilidade depende da conservação da mesma que precisa permanecer seca em terra ficando às vezes na posição da jangada acima, sítio é, esquinada. Sua âncora é construída de pedra e madeira (canto direito da foto) e é denominada Fateixa. Com o desmatamento no litoral do Nordeste foi ficando cada vez mais difícil encontrar material de reposição para as jangadas de cortiça. Lucena, 1980.

Também com duas pessoas, é possível pôr em funcionamento a pesca com a redinha. Prática por ser leve, hoje em dia é confeccionada com nylon, e o tamanho das suas malhas permite a pesca do camarão, principalmente do camarão branco. Seu corpo é composto de uma pano de rede (de malhas) atado em duas extremidades a calões, que são bastões compridos de madeira resistente , servindo como ponto de apoio para o manuseio da rede, no ato da pescaria.

A pesca de linha envolve apenas uma pessoa para a sua execução, não existindo nenhuma periodicidade nessa atividade individual. O curral sempre constituiu uma atividade que necessita de um investimento maior, haja visto o equipamento utilizado para a sua implantação. Conta, hoje em dia, com uma legislação da Capitania dos Portos, que proíbe a sua construção em canal, devido aos perigos que pode causar à navegação. Utiliza para a despesca no máximo três pessoas e, apesar de garantir quase sempre algum pescado, também diminui em número e em produção, sendo esta pouco significativa, em relação ao número de trabalhadores necessários à sua prática, mas muito rentável em relação à capacidade de produção do pescado em uma só despesca.

A instalação do curral se dá sobre as croas originadas pelo alinhamento de sedimentos que, na sua maioria, ficam emersos durante a maré vazante. Constitui-se de uma cerca de mourão (estacas de 10 cm de diâmetro aproximadamente), cuja finalidade é a de compor um cerco que se fecha numa extremidade, contendo um labirinto que permite a entrada do peixe na maré cheia e a despesca na maré vazante. Por localizar-se na vizinhança de ca

nais de profundidade, ocorre a captura de animais de porte médio, como a cavala, e de cardumes de peixes pequenos como as sardinhas. Comumente, os currais pertenceram e pertencem aos proprietários de terra, ficando no comando da despesca um mestre de pesca.

FOTO 2 - A retirada do arrasto exige um dispêndio grande de força tanto devido a correnteza da água como devido ao fato de sempre arrastar as algas marinhas depositadas no fundo. Lucena, 1980.

Já o arrasto é, sem dúvida, o tipo de pesca que movimenta diariamente um contingente imprescindível à sua execução, uma vez que utiliza de 8 a 10 pessoas para a produção do pescado, em uma rede. Quase todas são empregadas, porque só uma pessoa é proprietária do equipamento - o que, contudo, não dá a obrigação ao empregador de pagar um salário fixo. Assim, devido à inconstância e quase sempre incerteza, em relação ao volume do pesca

cado a ser produzido, existe a possibilidade de se trabalhar e não ganhar salário. Basta que não haja a produção do pescado. Entretanto, mesmo que o proprietário do equipamento não participe diretamente da atividade com sua força de trabalho, sua condição de proprietário lhe dá o direito de, na partilha do pescado, ficar como uma parte para a canoa outra para a rede e duas para ele, na condição de proprietário do equipamento. Se por acaso ele também participar com a sua orientação de mestre da pescaria, ganhará mais uma parte. Fica assim com 5/11 do produto, ou seja: de 11 partes ele fica com 5 e cada pescador, com uma parte. De uma pescaria de arrasto, participam 6 ou 8 pescadores incluindo o mestre. Se o papel de mestre de uma pescaria não coincidir com a sua condição de proprietário, mesmo assim o mesmo tem garantida duas partes do pescado: uma como pescador e outra como mestre, aparecendo assim uma vantagem para a qualificação profissional, que nem sempre é obtida por meio de cursos e sim da experiência. Vemos assim que a produção, desenvolvendo-se sob a forma artesanal impõe ao pescador a exploração, uma vez que o patrão, na figura do proprietário do equipamento, ascende socialmente às custas da evolução dessa exploração do trabalho do pescador. Observamos que houve uma evolução nessa exploração, pois, até 1979 mais ou menos, o proprietário do arrasto tinha garantido duas partes do produto : uma pela rede, uma pela canoa e uma como mestre, caso pescasse. Como um dos tipos de pesca que conseguiu manter-se, caracterizando-se como importante produtor do camarão, o arrasto é considerado por alguns como um dos responsáveis pelo esgotamento gradativo do pescado, considerando-se para isso o arrasto, do ponto de vista da sua dimensão, do tamanho das malhas e da capacidade para a produção de um volume maior do pescado.

A campanha, anterior ao arrasto, era o tipo de pesca mais praticado, utilizando-se duas canoas, uma rede com pesos e bóias e de duas a quatro pessoas. Do ponto de vista técnico, teria menos capacidade de aprisionar o peixe do que o arrasto, uma vez que a rede de campanha, além de ser menor, não toca o fundo do mar. " ... quando apareceram os primeiros aqui, enquanto o sujeito matava um cesto de peixe na campanha, o sujeito matava três, quatro cargas no arrasto"¹

Para o desenvolvimento da sua atividade, o pescador necessita manter algumas relações com as instituições que regulamentam e determinam algumas leis, no sentido de manter o controle da atividade, pela dependência burocrática. A instituição mais próxima do pescador é a Colônia de Pesca que, por intermédio do capataz e do Presidente fiscaliza e legaliza respectivamente a função do pescador..." O presidente legaliza o pescador, o capataz é uma função mais do mar: embarcação, terrenos da marinha. O Presidente da Colônia hoje é quem está na ativa, para ele legalizar e não consentir ninguém pescar; e o capataz lá no mar, encontrando uma navegação, não consentir: é matriculado? É! Não? então bota pra fora". É assim que é entendida pelos pescadores a ação do presidente da Colônia e a do Capataz subordinado à Capitanía dos Portos.

O Presidente da Colônia é eleito por todos os pescadores sócios, enquanto o capataz é nomeado.

(1) Entrevista com o Prefeito da cidade de Lucena e proprietário de equipamento de pesca, 1979. Dossiê de entrevistas, pág.18.

A Colônia de Pesca é subjugada à Capitania dos Portos. No entanto, o relatório de prestação de contas não é levado à Capitania, e sim à SUDEPE; e o direito de receber os recibos é da Federação dos Pescadores.

A matrícula do pescador na Colônia representa sua institucionalização como mão-de-obra ativa. Além do pagamento de uma mensalidade quase simbólica (dez cruzeiros, 1979) a matrícula na Colônia deveria garantir os benefícios da Previdência Social: saúde e aposentadoria por idade ou invalidez. Apesar disso, o funcionamento dessa relação do pescador com a instituição ainda é precário; não é facilitado o acesso a essa instituição, visto que a burocracia intimida, não sendo muito clara ou mesmo inaceessível, quanto ao custo necessário para sua execução ou porque não é dada importância à necessidade de se institucionalizar. E essa é uma das formas de escamotear uma preocupação do Estado a qual não existe porque não lhe interessa integrar formalmente toda a mão-de-obra envolvida com a pesca artesanal, fazendo com que, dessa forma, o pescador faça parte de um mercado de trabalho em condições de superexploração que o mantenha nos extratos sociais mais baixos e dificulte a ascensão social e a organização política e profissional.

O processo de desenvolvimento da produção e comercialização do pescado reafirma essa situação. Após a partilha do pescado, esse passa às mãos do pombeiro, que é um atravessador, um intermediário na comercialização do produto. Parte do valor do trabalho do pescador é aí depreciada com essa intermediação, uma vez que o pombeiro investe no transporte e na conservação do pro

duto, com a aquisição de gelo ou comprando um frigorífico (denominação dada a um pequeno freezer com capacidade média de 200kg) , com prometendo-se mais nas suas relações com os preços do mercado.¹

O pescador vê-se assim na condição de trabalhador por conta própria², numa atividade em que, tendenciosamente, pela sua forma artesanal, vem forçando o pescador a uma dependência da pesca com a finalidade da subsistência. Na medida do possível, as famílias tentam diversificar as atividades, ante a incerteza do ganho diário, necessário à sobrevivência.

A precariedade das formas desenvolvidas para a conservação do pescado faz com que, para escoar rápida e seguramente o produto, o pescador comprometa-se com a sua comercialização, que é feita por intermédio do pombeiro , no caso do peixe fresco, e dos poucos pequenos comerciantes que trabalham com o peixe seco mais miúdo, conservando-o com a salga e com a secagem ao sol.

Essa atividade da salga e secagem ao sol, tradicionalmente, é destinada à mão-de-obra feminina, que, junto às crianças, participa de uma procura de peixes miúdos, desprezados na atividade pesqueira, por ser trabalhosa a sua retirada da rede, envolvidos nos sargaços (as algas). Essa atividade diríamos que invo

(1) Esse tipo de conservação é feito ou imediatamente na praia por intermédio de caixas de isopor com a capacidade que varia de 20 a 50 kg e destinam-se à cidade de Cabedelo ou João Pessoa; ou é levado para a rua principal onde estão localizados os freezer - sempre sujeitos a interrupção da energia elétrica que ocorre com frequência. Dos freezer o pescado tanto pode passar para a caixa de isopor e seguir aquele mesmo destino ou ficar na cidade para abastecimento dos verejistas.

(2) "... Trabalhador independente ", "trabalhador autônomo" ou "auto-empregador" o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador". Prandi, J. Réginaldo. O trabalhador por conta própria sob o capital". Símbolo, São Paulo, 1978. Coleção Ensaio e Memória. 14 (pág. 26)

luíu, " porque hoje a moça vai assistir a televisão, não quer mais tratar de peixe. Ela tem a mãe dela que tem um marido ela não vai mais ligar para aquilo ali. Aquelas velhas que tratavam o peixe são aposentadas e não vão fazer tanta força para irem tratar peixe até meia noite, até certa hora". Essa é a versão do presidente da Colônia, também proprietário de equipamento de pesca. No entanto, podemos considerar que não é o acesso à televisão e a aposentadoria que impedem o desenvolvimento dessa atividade, uma vez que a diminuição do pescado condicionou a procura dos peixes miúdos, no sargaço, pelos próprios pescadores, a qual já é feita mais minuciosamente. Esse fato fez com que se reduzisse o número de pessoas que dependiam da atividade da cata de peixes miúdos para a sua subsistência. Mas a procura por peixes miúdos tipo sardinha, aumentou para o abastecimento de peixe seco nas feiras de Santa Rita e Sapé. A evolução dessa atividade levou a uma concentração de esforços para a produção do peixe miúdo (pequeno). Hoje os próprios pescadores fornecem o produto a esse tipo de comércio. O crescimento do mercado para o peixe seco sucedeu às trocas de mercadoria por mercadoria, ou seja: de produto por produto, para dar lugar à circulação do capital.

Essas trocas se davam dos frutos do mar processados pela salga, pelos produtos agrícolas dos agricultores da região dos tabuleiros, principalmente a farinha e a batata-doce. Hoje os tabuleiros dão lugar às grandes plantações - a cana por exemplo, que expulsou da região os pequenos agricultores, inviabilizando esse tipo de troca. Mas o peixe seco é incluído ainda na dieta alimentar da população de baixa renda dos municípios canavieiros de Santa Rita, Sapé, Mamanguape e Rio Tinto, contribuindo, dessa for

ma, para a reprodução da população dependente da monocultura cana
vieira.

Podemos ainda considerar que a atividade da pesca deprecia o valor do trabalho do pescador artesanal, por não ser este um assalariado convencional. "... O trabalho autônomo, no ní
vel formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção, que, por ser predominante, historicamente já colocou em plano secundário o trabalhador incapaz de gerar excedente, mesmo que ainda dele faça uso, na finalidade última de se realizar. É claro que este "fazer uso" não implica em nenhuma idéia diretiva na consciência dos agentes e das classes interessadas na reprodução do sistema e nem confere ao sistema uma racionalidade que ele não tem.

No nível global da economia, a realização de certa gama de trabalho socialmente necessário que exige baixa capitalização pode se dar apenas à custa de dispêndio de trabalho vivo, sem que se faça necessário o uso de capital constante, o qual pode assim ser aplicado em outros setores mais rentáveis da economia".¹

Para o pescador, sua incapacidade de acumular se dá pela baixa produção obtida com as técnicas artesanais empregadas. E podemos dizer que, a nível local, a sua condição é uma das

(1) Prandi, José Reginaldo. O Trabalhador por conta própria sob o capital. Símbolo, São Paulo, 1978, pág.31.

alimentadoras da expansão da cana nos tabuleiros. Isto, porque, ao nível das condições de produção, mesmo com a baixa produção do pescado, o mercado do peixe seco (sempre de peixes de baixo valor comercial) continua em franca atividade. E ao nível das condições de reprodução, porque ao empobrecimento gradativo do pescador artesanal veio juntar-se também o empobrecimento do agricultor sem terra e o da mão-de-obra volante necessária à produção canavieira, definindo assim também, a nível da organização espacial, formas de ocupação peculiares à baixa qualidade de vida.

A medida que o pescador artesanal, destituído de equipamento, não consegue acumular capital porque é explorado, numa primeira instância, pelo proprietário do equipamento utilizado, mais distante ele fica de contar como efetivo de mão-de-obra ativa no contingente reconhecido oficialmente pelo Estado. Para essa distância contribuem tanto o seu estágio cultural quanto a burocracia, que, além de deficiente na sua própria execução, requer do envolvido um certo dispêndio em dinheiro. Faz-se presente, entre os pescadores, o descrédito, em relação ao poder do Estado em beneficiar uma classe de tão baixa renda, impossibilitada de acumular. O poder do Estado é sem dúvida reconhecido muito mais na sua ação coercitiva e policiadora.¹ Por outro lado, no tocante à interferência

(1) "O Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem é um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado é uma relação social. Neste sentido, o Estado é um campo de batalha, onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se defrontam e se conciliam com certos interesses das classes dominadas. ... O Estado é, ao mesmo tempo, lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como o interesse geral".

feita pelo Estado na atividade pesqueira, percebe-se a tentativa de inserção de novas técnicas, para permitir o aumento da produtividade. Essa interferência se faz sentir na orientação existente sobre as possibilidades de se passar da condição de trabalhador por conta própria para assalariado, orientação essa destinada ao pescador e veiculada através da EMATER, da SUDEPE e da Capitania dos Portos, cuja preocupação maior é a de elevar a produção mediante a desartesanização. De certa forma, essa passagem encontra uma resistência por parte dos pretensos à assistência oferecida - tanto do ponto de vista da assistência social como do financiamento de equipamento - pois, na prática, essa assistência não permite a participação da maioria da mão-de-obra envolvida na atividade.

Em 1978, um projeto denominado "PESCART", criado pela SUDEPE e transferido para a EMATER, teve Lucena como uma das praias escolhidas para uma parte do desenvolvimento do mesmo. Nele se colocou como dificuldade a enfrentar e como meta a especialização na atividade pesqueira. " Já é pensamento nosso, quer dizer , EMATER, SUDEPE e Capitania dar um curso a nível de patrão de pesca, quer dizer, comandante de barco, mas uma das dificuldades que nós encontramos, inclusive a Capitania na hora que nós tivermos condições de selecionar esse pessoal, a Capitania entra com os recursos, não tem problema nenhum, inclusive pagar professores, mas o problema principal é justamente a parte cultural de cada pescador, que aí esses cursos vão exigir um pouco de matemática, de português, para que o cara tenha condições de acompanhar o curso e justamente isso não está sendo fácil no setor pesqueiro. Hoje, visto que nós trabalhamos com o MOBRAL, procuramos incentivar, abrindo salas de aula por tudo quanto é comunidade do setor pesqueiro, mas

mesmo assim não conseguimos um número. Atualmente a gente juntando todo o litoral da Paraíba, apenas 5 pescadores nós conseguimos com essa condição de receber esses cursos..."¹.

Essa inexistência do preparo cultural dos pescadores é mais um indicativo da sua condição de sobrevivência, uma vez que, ingressando muito jovem na atividade, numa faixa que varia dos 8 aos 12 anos de idade, a oportunidade de cursar regularmente uma escola fica limitada, devido ao tempo que se faz necessário gastar, dedicado à sobrevivência. E já na idade adulta, a motivação é pouca para frequentar uma escola noturna, após um dia de trabalho no mar.

Dessa forma, é limitado também o tempo destinado ao lazer que se reduz quase que unicamente à cachaça que se pode tomar no sábado e domingo.

Podemos ainda considerar que o interesse e a rejação da mão-de-obra pesqueira com o Estado se dá não só através do pescador. O desenvolvimento de outros tipos de atividades ligadas ao setor pesqueiro reflete a condição de distância que há entre as condições reais da atividade e a preocupação de apoio ao setor por parte do Estado. "... um dos objetivos nossos também, é tirar o homem dessa pescaria costeira. Esse tipo de pescaria de redes, e levar justamente ao alto-mar onde ele vai ter condições de produ

(1) - Entrevista com o técnico do PESCART em Lucena. Dossiê de entrevistas, pág. 49. 1979.

zir toda época do ano e utilizar vários aparelhos de pesca e daí a necessidade de uma embarcação de melhor porte, uma embarcação motorizada... quando o financiamento é através do Banco do Brasil... é exigida a documentação do pescador. Realmente é legalizado junto ao órgão do governo, (Colônia, SUDEPE, Capitania dos Portos) um parecer do Presidente da Colônia, ... se ele está em dia com a documentação junto ao órgão do Governo, ele tem que apresentar o aval, ou a garantia real... Um dos pontos negativos é esse,... não é todo mundo que vai ser aval de um pescador que não tem nada..."¹

Mesmo os responsáveis pelo desenvolvimento de tais projetos não levam muito a sério a própria relação que mantêm com a instituição em que operam, uma vez que não priorizam os critérios de seleção, além de que os critérios mencionados são bastante subjetivos. " ... Nós fizemos a seleção da seguinte maneira: ... foi adotado 4 critérios, um dos principais era a capacidade técnica de cada pescador porque não seria justo a gente entregar uma embarcação motorizada a um determinado pescador que ele não tivesse capacidade de operar com essa embarcação, certo? Depois,... a responsabilidade de cada pescador, responsabilidade com a família, com o trabalho, com os órgãos do governo o qual ele é vinculado. O terceiro critério seria o número de filhos de cada pescador, e o quanto não estou lembrado".²

(1) Entrevista com o técnico do PES CART em Lucena. Dossiê de entrevistas pág. 66, 67. 1979.

(2) Entrevista com o técnico do PES CART. Dossiê de entrevistas, p. 67. 1979.

Avaliamos, assim, o desempenho do Estado como dis tante e deficiente, no tocante ao apoio dado à atividade artesanal, visto que a forma de produção predominante necessita investir onde houver a possibilidade da acumulação, fenômeno esse muito raro no setor artesanal pesqueiro, se tratamos da mão-de-obra destituída - de equipamento. A distância entre o objetivo formal e a prática das instituições faz com que se despreze, na atividade pesqueira, todo um conhecimento anterior - passível de representação, ao nível do lugar - para introdução de novas técnicas, cujo objetivo principal é aumentar a condição do pescador artesanal de trabalhador explora do.

Entre outras formas, a distância se dá à medida que a introdução da motorização se faz sem uma pesquisa e um conhe cimento prévio da viabilização física - no que diz respeito à mor fologia e biologia marinha - e da viabilização humana - no que diz respeito à capacidade de adaptação à transição das técnicas. Como decorrência desse alienamento da Instituição, temos não só a falên cia da maioria dos empreendimentos como também a própria desativa ção do PES CART, acrescentando-se ainda a existência de logros pra ticados pelos dirigentes da Instituição, em favor próprio e de ter ceiros não envolvidos na atividade pesqueira.

Dessa maneira, a introdução da técnica mais desen volvida para assegurar maior volume de produção, ao passar à práti ca, desenvolveu a contradição contida nos seus próprios objetivos, uma vez que o crescimento da produção não se efetuou.

Além dessa condição na atividade pesqueira em Luce na, o pescador e demais moradores da comunidade passaram a ver ameaçada a sua sobrevivência, não só pelas alterações do mercado-de-trabalho mas também pela mudança de destino da ocupação territô

rial do município.

2.2 - A Situação do Pescador em Lucena, em face da reorganização do espaço

Morfologicamente, o Município de Lucena apresenta duas formas predominantes: a planície e os tabuleiros costeiros. Na planície - onde se localiza a praia de Lucena - desenvolve-se a atividade pesqueira e os serviços; nos tabuleiros, a atividade agrícola.

Pontilhada de pequenas propriedades, a região que corresponde em termos morfológicos aos tabuleiros costeiros, sempre havia representado, em termos de produtividade, a "esterilidade" da terra para outras atividades, além da agricultura de subsistência. Por essas e outras razões, como a necessidade da não-expansão dos limites da produção açucareira, a instalação do habitat sobreviveu tradicionalmente nesta paisagem, de uma forma conservadora convivendo com a vegetação dos tabuleiros e das matas. As atividades se desenvolviam sempre na continuidade de um mesmo padrão de subsistência, pois, num primeiro momento, o que interessava era a reprodução do homem pelo consumo imediato da sua produção. Depois é que ocorria a troca dessa produção por outra.

Para a comunidade pesqueira de Lucena sempre foi importante o desempenho da economia praticada na região dos tabuleiros, uma vez que a agricultura de subsistência dessa região sem

pre abasteceu não sô as feiras próximas (como a de Santa Rita, Rio Tinto, Sapê), como também a população da planície costeira de Luena. Nesse mercado, eram comuns as trocas de mercadorias, como por exemplo: a troca do peixe seco por farinha ou tubérculos. Com a retração da atividade das catadoras voluntárias de peixes miúdos, também foi havendo uma retração no desenvolvimento desse tipo de troca e, concomitantemente, foi diminuindo também a produção de subsistência na região dos tabuleiros, fazendo com que a troca de mercadoria por mercadoria fosse anulada na sua importância para a economia doméstica, restando hoje apenas casos isolados que utilizam ainda essa prática.

Pela forma de comercialização que ocorria, podemos avaliar o estágio em que se encontrava a economia, em relação ao desenvolvimento do mercado a nível regional. É pela avaliação desse mercado, composto de produtos excedentes programados, que se ressalta o confronto com as transformações que se dão na reorganização do espaço rural. Esta se dá, mais objetivamente, associada à política do PRÔ-ALCOOL e à dominação territorial da multinacional MAGUARY-KIBON. A MAGUARY-KIBON tornou-se proprietária de algumas terras na região dos tabuleiros, retirando os moradores existentes e ocupando as terras com o plantio do coco e da soja.

As diretrizes da política do "PRÔ-ALCOOL" com a apropriação de grandes extensões de terra para o cultivo da cana-de-açúcar representam para a população envolvida nesse processo uma transformação descontínua, no tempo e no espaço; no tempo, porque a população vê-se obrigada a engajar-se cada vez mais num mercado, do qual estava, anteriormente, mais distante; no espaço, por

que mudam as funções de seu espaço tradicional de sobrevivência , uma vez que a reorganização na distribuição da propriedade da terra, por ser de caráter concentrador, conduz os expropriados a um território urbano onde as atividades são diversificadas, mas não formalizadas, e onde ocorre uma aglutinação da massa imigrante da zona rural dos tabuleiros do Município e municípios vizinhos . No entanto, uma grande maioria desses imigrantes da zona rural mantêm - se ou na atividade agrícola ou na extrativa, no caso do carvão.¹

A ocupação extensiva das terras nos tabuleiros não se dá apenas com a plantação da cana-de-açúcar, mas também com a do coco e da soja, transformando a paisagem, em função de interesses que liberam a mão-de-obra já existente, destruíram quase todas as formas construídas anteriormente na paisagem e orientaram a produção, no sentido de uma sazonalidade, quanto ao período de emprego de mão-de-obra, necessitando de menos empregados permanentes.

Essa redefinição das funções da produção do espaço agrário, na região dos tabuleiros costeiros, em Lucena e em Santa Rita, orientou um contingente de população, no sentido do núcleo urbano da Praia de Lucena. Para esta expansão, foi muito propício o momento político que antecedeu as eleições municipais de 1982.

(1) As atividades envolvidas no processo de produção do carvão têm sido exercidas como uma fase preparatória para futuras plantações de cana e iniciam, quase sempre, com a atividade de desmatamento.

O Município de Lucena teve sua emancipação política com a Lei nº 2.664, de 22 de dezembro de 1961. Antes disso, era considerada distrito do Município de Santa Rita. Vem daí a dependência estreita de Lucena a Santa Rita, principalmente no que diz respeito aos aspectos políticos e jurídicos. Todos os prefeitos, desde o primeiro que foi nomeado até o momento, têm que contar com o apoio político de Santa Rita para serem eleitos. O cartório foi aberto em 1888. Até 1932, tinha poderes para efetuar casamentos. Atualmente, com suas atribuições limitadas ao registro civil, percebe-se que houve uma gradativa queda de poder do cartório, poder esse repassado aos cartórios da cidade de Santa Rita, que centralizam também todas as atividades judiciárias, com relação aos imóveis do Município.

Dessa maneira, os objetivos políticos de Lucena devem sempre coincidir com os objetivos políticos de Santa Rita, que, por sua vez, são liderados pelos usineiros do Grupo da Várzea, de nomeação essa, que tenta sintetizar o poder dos proprietários de terras do Vale do Rio Paraíba, onde se desenvolve a monocultura canavieira.

Com objetivos político-eleitoreiros, deu-se, na praia de Lucena, uma crescente ocupação urbana, uma vez que foi facilitado o acesso ao chão da casa - o que veio redefinir também a função do espaço considerado urbano. De território destinado a função de lazer, a localidade passa, simultaneamente, a exercer também a função de concentradora de uma população imigrante, na sua maioria da região dos Tabuleiros Costeiros. Como essa imigração ocorre também, num momento de crise para a economia como um todo, a atra

O Município de Lucena teve sua emancipação política com a Lei nº 2.664, de 22 de dezembro de 1961. Antes disso, era considerada distrito do Município de Santa Rita. Vem daí a dependência estreita de Lucena a Santa Rita, principalmente no que diz respeito aos aspectos políticos e jurídicos. Todos os prefeitos, desde o primeiro que foi nomeado até o momento, têm que contar com o apoio político de Santa Rita para serem eleitos. O cartório foi aberto em 1888. Até 1932, tinha poderes para efetuar casamentos. Atualmente, com suas atribuições limitadas ao registro civil, percebe-se que houve uma gradativa queda de poder do cartório, poder esse repassado aos cartórios da cidade de Santa Rita, que centralizam também todas as atividades judiciárias, com relação aos imóveis do Município.

Dessa maneira, os objetivos políticos de Lucena devem sempre coincidir com os objetivos políticos de Santa Rita, que, por sua vez, são liderados pelos usineiros do Grupo da Várzea, de nomeação essa, que tenta sintetizar o poder dos proprietários de terras do Vale do Rio Paraíba, onde se desenvolve a monocultura canavieira.

Com objetivos político-eleitoreiros, deu-se, na praia de Lucena, uma crescente ocupação urbana, uma vez que foi facilitado o acesso ao chão da casa - o que veio redefinir também a função do espaço considerado urbano. De território destinado a função de lazer, a localidade passa, simultaneamente, a exercer também a função de concentradora de uma população imigrante, na sua maioria da região dos Tabuleiros Costeiros. Como essa imigração ocorre também, num momento de crise para a economia como um todo, a atra

ção que exercem os centros urbanos, como absorvedores de mão-de-obra, decresceu, em virtude dos elevados índices de desemprego. Assim, tanto a expansão da monocultura como a cultura associada coco - soja liberaram mão-de-obra permanente nas propriedades, legalizaram algumas relações de trabalho com o assalariamento e orientaram a fixação desse contingente, expropriado, pouco a pouco para Lucena e para um núcleo de urbanização rural no Município de Santa Rita - O Lerolândia.

O afluxo acelerado de um contingente popula cional (este excede os limites do crescimento natural) fez com que crescesse o núcleo urbano, num território considerado rural, acelerando a ocupação e valorizando a propriedade com o surgir dos loteamentos¹. Como decorrência, os posseiros do sítio urbano também se vêm obrigados, quando ameaçados, a reivindicar a posse judiciál da sua casa, uma vez que o restante do terreno - salvo os bens de raiz² - pertencem ao proprietário do sítio, que coleta periodicamente o coco.

Podemos dizer que são dois os movimentos que provocam, ao mesmo tempo, a valorização dos imóveis e uma crescente

(1) "A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. ... Este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano".

Singer, Paul

O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista

Boletim Paulista de Geografia nº 57

São Paulo, AGB, 1980. Pág. 87.

(2) Bens de raiz sem as benfeitorias realizadas pelo morador tais como o plantio de árvores frutíferas.

desestabilização na vida do trabalhador em Lucena, no aspecto moradia.

De um lado, a valorização da terra destinada ao lazer de uma população exógena; de outro, a valorização da terra destinada à expansão da população local e da população imigrante.

Para melhor compreendermos a herança desse caráter de insegurança da população costeira, no tocante à propriedade de sua moradia, elemento indispensável à reprodução da população, necessitamos retomar as etapas de evolução desse povoamento.

2.3 - Condições da Ocupação do Litoral em Lucena

O conhecimento sobre a evolução do povoamento e da atividade produtiva no litoral nos permite a análise de algumas singularidades, no processo de ocupação e no significado desse processo, quando do início da colonização e povoamento do Brasil.

Interessa-nos sobretudo entender como o litoral, que foi uma das primeiras áreas a serem povoadas, manteve os núcleos de povoamento isolados entre si, com comunicação precária. Essa comunicação, as mais das vezes, se restringia ao acesso natural feito através de caminhos beirando o mar.

O controle exercido pela coroa portuguesa, relativo à penetração nas terras, foi um dos responsáveis pelo povoamento disperso da costa, pois havia determinações estipuladas no

regimento dos donatários, para que não se viajasse por terra, quando do percurso de uma Capitania a outra, "... para evitar alguns inconvenientes que disso seguem"...¹ O clima proibitivo contido no regimento dos donatários, no tocante à interiorização no continente, dá-nos uma prova da insegurança dos portugueses em face da impossibilidade de controle da totalidade das terras.

A grande extensão de terras a controlar era reconhecida, e Portugal não dispunha nem de homens nem de recursos suficientes para tal empresa. Apenas na segunda metade do século XVI é que aquele país, associado à Holanda transforma seus objetivos de exploração em empresa agrícola, e passa a ter uma preocupação mais efetiva com o povoamento.

Assim, num primeiro momento, a ocupação do território com um cunho puramente exploratório, embora economicamente, tenha dado bons resultados - como nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, no século XVI - suscitou a diversidade e o isolamento dos núcleos de povoamento, ao longo do litoral, como resultante essencialmente das atividades econômicas voltadas para o mercado exterior, do regime de propriedade das terras e do traçado da costa.

A união ibérica, sob a dinastia filipina, teve início no séc. XVI, no Nordeste, e perdurou de 1580 a 1670, mantendo como colonizadora espanhola a tradição de penetração pelo in

(1) HOLANDA, S.B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, São Paulo. Difel, 1963. págs. 130-131.

terior, havendo orientação explícita da coroa espanhola recomendando-se a interiorização cujo motivo sabemos ser a pesquisa de minas - por se considerar entre outros motivos a insalubridade dos lugares marítimos.

No século XVII, mesmo com o desenvolvimento das vias de circulação a mineração abalaria o capital e o contingente populacional do litoral.

A necessidade de expansão dos domínios litorâneos da capitania de Pernambuco, com a finalidade de desenvolver a monocultura canavieira, determinou que o espaço denominado atualmente de Paraíba, que integrava a Capitania de Itamaracá e Pernambuco passasse ao domínio da Capitania de Pernambuco, possibilitando, pelo seu estágio de especulação, a extensão da produção canavieira.

Esse fato não propiciou uma integração territorial, ao nível das relações mantidas entre Pernambuco e Paraíba, integração que só se efetivaria timidamente, quando da Invasão Holandesa no Nordeste. Esta despertou um sentimento de união, objetivando uma junção de esforços para impedir que a Holanda se apossasse da economia açucareira.

A Holanda, que financiara a empresa agrícola de Portugal no Brasil, também controlava a maioria das transações comerciais da Europa, feitas por mar, e lançava-se na luta pelo controle do açúcar, reforçando pela permanência dos mesmos no Brasil de

1630 a 1657.

A posse dos conhecimentos técnicos e de organização da indústria do açúcar vai dar origem ao desenvolvimento de uma concorrente na região do Caribe.

Com a expulsão dos holandeses, com a crise advinda da economia açucareira pela concorrência da produção das Antilhas - instalada pelos flâmgos - e com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a metrópole adota a política de expansão demográfica, com o objetivo de incrementar a produção e a arrecadação. Dessa época conta-se apenas a criação de vilas em antigos povoados indígenas, uma vez que a criação da Companhia de Comércio foi, antes de tudo, o estabelecimento do comércio colonial para fortalecer a burguesia comercial portuguesa. A Companhia Geral do Comércio surgiu no Brasil em 1649, exercendo o monopólio do comércio e utilizando-se do capital particular dos cristãos-novos.

A expansão do povoamento, sob a política Pombalina¹, deu-se adotando os mesmos princípios de controle da coroa, fazendo com que houvesse uma expansão do povoamento por portugueses negros e índios. Não obedeceu a nenhum critério de fortalecimen

(1) No séc. XVIII, foram criadas as últimas companhias pelo Marquês de Pombal: a nova Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio da Paraíba e Pernambuco. Esta última entre 1759 e 1780 liderou a exportação do açúcar para a Europa e o comércio do algodão. Mas faliu devido aos muitos créditos cedidos aos senhores de Engenho da Paraíba e Pernambuco.

to de uma ocupação mais organizada. Isto se pode observar, ao analisar-se que a instalação e o desenvolvimento dessas companhias de comércio aqui no Brasil ao invés das ligações internas, intensificaram as relações externas entre o Nordeste e a Colônia, entre Angola e Pernambuco. Assim, a dispersão e o isolamento dos núcleos do litoral permaneceriam ainda por bastante tempo, pois as comunicações eram difíceis e também não incentivadas pelo menos até a dinastia dos Felipes, que foi um acontecimento particular no processo de colonização e povoamento do Nordeste. (Mapa 1)

Garantiu-se assim, de formas diversas, o propósito de se desenvolver apenas a ocupação que fosse importante para o desenvolvimento da Europa.

Os primeiros núcleos de importância para a reprodução econômica foram originados pela produção da cana-de-açúcar. A produção da cana, sob a forma de monocultura, objetivando o mercado externo, propiciou o desenvolvimento da agricultura de subsistência, não só no interior mas também no próprio litoral, como uma forma de produção complementar à sobrevivência. E reproduziu uma população que não compartilhava das mesmas necessidades, no que diz respeito à ocupação do solo para produção das exportações. Essa contradição vai-se fazer representar pelo nível de vida e da organização espacial dos núcleos. No século XIX em toda a extensão da costa brasileira - exceto em Recife, na Baixada Fluminense, Santos os elementos culturais da população do Litoral apresentavam uma simplicidade, que comparada com o passado vivia um declínio. O que acontecia à produção de subsistência era a transformação

MAPA 1

Fonte: Ribeiro Junior, Jose - Colonização e Monopólio no NE Brasileiro - 1976

do seu papel no mercado. Seus produtos tornaram-se mais necessários à produção do litoral. Para o abastecimento da cidade. "Seria nessa época que sedimentar-se-ia toda uma tradição que se perpetuaria até nossos dias conservadíssima em seus ingredientes, portugueses e indígenas... Do tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, com poucos contactos com o mundo de fora, ou recebendo dele um mínimo de influência e de produtos, por não se dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e o seu habitat... O Litoral não podia escapar à regra tão comum no Brasil, de uma ocupação destrutiva do solo, principalmente sendo a área de primeiro povoamento. Até a um leigo não escapa, pela simples inspeção da paisagem, o defloramento de suas terras, iniciando desde o começo da colonização..."¹

As condições de existência e as atividades desenvolvidas nesses pequenos núcleos do litoral refletem o caráter hereditário dessas condições haja vista o caráter tradicional das atividades produtivas. Isso faz com que possamos equiparar, quanto às formas de submissão a denominação de pescador com a de camponês, do ponto de vista da subordinação econômica; isso, tanto no mercado de trabalho como nas condições de reprodução. Consideramos aqui que "...a exclusão do camponês do pacto político é o fato que caracteriza o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é,

(1) Mussolini, Gioconda
Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara
Rio. Paz e Terra, 1980, página 298.

como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo - alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro - como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado"¹.

Essa situação do camponês, no processo histórico brasileiro, e do estágio artesanal da atividade pesqueira, em que se todo o litoral da Paraíba, leva-nos a entender a evolução dos núcleos de povoamento no litoral que mantiveram sempre uma relação muito estreita com a produção da cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência.

Os engenhos representaram uma forma de organização que propiciou a formação de aglomerados, constituídos pelas construções da fábrica, pela casa grande e pela habitação dos trabalhadores.

(1) Martins, José de Sousa.
Os camponeses e a Política do Brasil.
Petrópolis. Vozes, 1981, pág. 25

eram escravos (ou negros com essa herança) e índios. Além da ca
na-de-açúcar, praticava-se a agricultura de subsistência para o
auto-abastecimento e abastecimento da cidade. Assim, os traços ét
nicos da população em Lucena são um misto de índio, negro e bran
co, que, provavelmente, derivou da organização da produção exis
tente nos engenhos.

Em Lucena, a existência de engenhos de álcool e
aguardente explica a permanência e a importância da agricultura de
subsistência, ao mesmo tempo que se desenvolviam as colheitas de
coco e a pesca artesanal. A localidade de Bomsucesso¹ tinha um
engenho que funcionava puxado por dois bois; em Tabapara havia ou
tro.

No início do século XX, o pescado excedia a de
manda e algumas espécies, inclusive o camarão, não tinham valor co
mercial. Pelas condições de circulação de mercadorias dessa épo
ca, veremos a precariedade dessas condições de circulação. A pro
dução do coco era escoada através do rio Paraíba, em canoas que
também se faziam necessárias no abastecimento de mercadorias do
comércio local. Isto demonstra como o isolamento motivado pelos
meios incipientes de circulação garantiu o grau de participação da
produção, ao nível do comércio interno (intra e intermunicipal) e
condicionou o estágio das formas de produção.

(1) Localidade ao norte da praia de Lucena.

A recuperação de um passado com testemunhos em Lucena, que digam respeito aos meados do século XIX, não faz parte da herança cultural da população atual, que, quando muito, tem como data mais antiga o início do século XX.

Assim, podemos constatar a idade recente da antiga vila que, provavelmente, originou-se de atividades canavieiras, pioneiras na franja do litoral. Quando da decadência dessas atividades nessas áreas, Lucena, por sua posição comercial, contando com lojas de tecidos e uma feira que durou de 1908 a 1913 - conseguiu manter uma concentração populacional.

Assim como a memória política da comunidade parece iniciar-se, em 1930, com a lembrança do movimento entre liberais e perrepistas, é também desta data a abertura da estrada que liga Lucena a Santa Rita, no governo do Presidente João Pessoa.

A abertura dessa estrada reforçou a comunicação, com a sede do município (Santa Rita), uma vez que a comunicação com João Pessoa (capital do Estado) e com Cabedelo continuou a ser feita através do rio Paraíba.

Percebemos, assim, que não podemos entender os processos de organização espacial em Lucena, sem nos abstermos para que possamos entender a atuação do Estado na evolução das formas de organização espacial da população.

" O Estado, de 1930 a 1960, não tentou a diversificação da economia do NE, apoiando a monocultura que só propicia

altos índices per capita quando a população distribui-se esparsamente, e impossibilitando outras formas de organização do espaço. Esse procedimento político realiza sua evolução desde os séculos XVI e XVII, quando o Nordeste tornou-se importante, devido à renda gerada pela economia açucareira, onde 90% dessa renda estava concentrada nos proprietários de engenho e plantadores de cana. Após uma fase de prosperidade (1580 - 1650) teve início um período decadente (competição das Antilhas no açúcar) e " de 1675 até a Independência a economia do Nordeste sofreu um lento processo de atrofia devido a inabilidade do sistema em supplantar as formas de produção e utilização dos recursos durante os séculos XVI e XVII¹". No século XVIII, a mão-de-obra subempregada nas plantações de açúcar encontra oportunidade de trabalho no movimento de descoberta das minas, migrando, no momento em que muda também a tendência da evolução política no país, transferindo o centro econômico da Colônia do Nordeste para o Sudeste. No século XIX, ocorreu a perda do poder político do Nordeste, no momento da ascensão ao poder da importância do Estado (advindos com a Independência) e da utilização deste pelos interesses da economia cafeeira. Sucede o crescimento das exportações do café, subindo este produto de 18,7% das exportações brasileiras, de 1821 a 1823, para 60,4%, de 1912 a 1914, enquanto a cana-de-açúcar passava de 50% a 3,2%, nessas respectivas épocas. De 1850 a 1890, a renda per capita no Nordeste diminuiu (com exceção do Estado da Bahia) em 0,6%, enquanto no Sudeste aumentou de 2,3%. Em 1905, haveria um aumento no preço do

(1) Chaloux, Yves.

Estado, Acumulação e Colonialismo Interno: Contradições Nordeste / Sudeste. 1960-1977. Petrópolis. Vozes, 1978.

açúcar, mas o Nordeste não participava mais do mercado mundial, devido à diferença existente entre os custos de produção, com relação a outros países. Então ocorrem modificações, ao nível da divisão do trabalho, e o mercado interno passa a depender mais do Sudeste. Com a criação do IAA em 1931, ficou mais limitada ainda a participação do Nordeste na produção nacional da cana-de-açúcar (60% seriam a produção do Nordeste. Entretanto só Pernambuco produzia 40%). "Essa limitação conduziu a longo prazo à estagnação das usinas favorecendo a agroindústria açucareira no Centro Sul. De 1930 a 1960 o estado apóia a monocultura mas ficou evidente em 1959, com a criação da SUDENE, que como a região era muito funcional para o sistema o Estado não queria abordar os problemas econômicos".¹ E nesse panorama político-econômico do Nordeste é regulamentada a pesca, em 1938, com o código de pesca profissionalizando a atividade dos pescadores. A legislação que rege a atividade profissional do pescador brasileiro já surgiu com uma grande indefinição, ao nível conceitual, sobre os diferentes tipos e condições de pesca. "... não faz nenhuma distinção entre pescadores fluviais, lagunares ou litorâneos, os quais, para todos os efeitos, são equiparados aos pescadores embarcados em unidades de "empresas familiares" ou de empresas pertencentes a grupos capitalistas, indefinição essa que tem dado ensejo a incompreensões e entraves de toda ordem, dificultando o desenvolvimento e o progresso pro

(1) - Chaloult, Yves.

Estado Acumulação e Colonialismo Interno: Contradições Nordeste/Sudeste. 1960-1977. Petrópolis. Vozes, 1978.

fissional dos pequenos pescadores e armadores".¹

Em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE), que originaria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, (SUDEPE), por ato do Governo Federal, em 1962. Em 1972, criou-se o PNDP - Plano Nacional para o Desenvolvimento da Pesca, o qual já previa: isenção de impostos de importação para equipamento; atendimento sempre a pessoas jurídicas com projetos aprovados pela SUDEPE e a redução no imposto de renda, até 25%, para inversão em projetos. Assim, o maior número de projetos em 1971 eram do Sudeste e do Sul. De 137 projetos 127 eram do Sudeste e do Sul². Em 1973, foi criado o PESCART - Plano de Assistência à Pesca Artesanal, através de convênio entre SUDEPE, INCRA e BNCC, devido à considerável participação da pesca artesanal na economia, com o volume de capturas e com a mão-de-obra ativa existente no setor. Dos princípios básicos do PESCART constam ainda a preocupação com o nível técnico do processo de produção e comercialização do pescado.

Podemos perceber, assim, que a preocupação do Estado com a atividade pesqueira também deixa transparecer, desde a regulamentação da profissão, em 1938, a necessidade do desenvolvimento da produção pesqueira artesanal, nos mesmos moldes da produção da agricultura de subsistência, isto é, resultantes de uma po

(1) Ramos, Eduardo Boechat. Algumas considerações sobre a legislação que rege a atividade profissional do pescador brasileiro. Instituto Oceanográfico - USP. Mimeo.

(2) Fonte dos Dados: Silva, Carlos Roberto da. O Setor Pesqueiro e sua Participação na História Econômica Recente do Brasil (Monografia) Silva, Carlos Roberto da. Mestrado em Engenharia de Produção - U.F.Pb.

lítica que não prioriza o mercado interno. Além disso, pelo Decreto 221, de 28.02.67, passou-se a permitir a associação de empresas estrangeiras a empresas nacionais, para exploração dos recursos pesqueiros nacionais.

Podemos então dizer que a situação de desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal em Lucena dá-se também como uma resultante da própria política nacional de exploração dos recursos pesqueiros. Uma prova disso é a presença da bem sucedida COPESBRA, que explora a caça à baleia, em Costinha, uma das vilas do Município de Lucena, distando apenas 9 km da sede do Município.

Por outro lado, no que diz respeito à organização espacial, podemos considerar que a organização espacial do litoral, na porção de Lucena, obedece à mesma lógica do caráter da ocupação do território no litoral brasileiro.

Considerando o caráter da ocupação do território brasileiro com base nas grandes propriedades, constatamos que: "A pequena propriedade só pode se desenvolver com base na posse ilegal, uma vez que não havia sido obtida por doação da coroa ou de seu preposto. Como afirma Cirne Lima, '...apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se causa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição de domínio, paralelamente a princípio e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de sesmarias, ...' Com o fim do regime de sesmarias (17.07.1820) não surge, de imediato, ne

nhuma legislação sobre a posse da terra. Em resultado, a ocupação das terras devolutas passa a se verificar com base nas posses que, posteriormente, se legitimavam. Nessas condições, aliada à crise em que a economia exportadora está submersa, há uma expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção!"¹

O tipo de ocupação que evoluiu em Lucena, na zona rural, originou-se sobretudo da função da agricultura de subsistência no mercado propiciando uma distribuição irregular do habitat. Já a formação da vila que se tornou cidade deve a sua organização às suas funções comerciais e ao sistema de propriedade da terra, dividido em sítios de coqueiros, cuja ocupação se deu com a finalidade de assegurar a posse do sítio e a conservação dos coqueiros.

Com a desativação dos engenhos, o núcleo de Lucena, que desenvolvia predominantemente a função comercial, passa a ser cada vez mais povoado dentro das condições do proprietário dos sítios de coqueiros. Essas condições eram levantadas no sentido de garantirem a plantação, a coleta do coco, e a propriedade da terra.

Dessa forma, era concedido o direito de habitar na propriedade, contanto que a situação da moradia não afetasse a produção do plantio. Essa condição de moradia facilitava a ocupação, uma vez que a relação do morador com o proprietário, não deixava de ser subordinante e, ao mesmo tempo, isentava o proprietário de

(1) Silva, S. J. Graziano da (Coordenador)
Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Hucitec, 1978. págs. 27 e 28.

MAPA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS EM LUCENA

FONTE: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

PROPRIEDADES PERTENCENTES AOS HERDEIROS
DO SR. OTÁVIO MONTEIRO FALCÃO

LOCALIZADAS EM LUCENA - PB 1977

ESCALA 50m 25 0 25 50m

ÁREA: 255.0512 Ha.

LUIZ DE SOUZA FALCÃO

N. M.

SANTA RITA

ILHA

PONTA DE LUCENA

OCEANO ATLÂNTICO

EDNALDO FALCÃO

OTÁVIO MONTEIRO

WILSON PRISOR

FAUSTO PRISOR

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

DAVID FALCÃO

MARIA DAS NEVES TACIANA FALCÃO

FRANCISCO CUNHA LUIZ

MARIA DAS NEVES TACIANA FALCÃO

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS NEVES TACIANA FALCÃO

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

LUIZ DE SOUZA FALCÃO

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

MARIA DAS DORES LOPES NUNOYA

OTÁVIO MONTEIRO

maiores obrigações. Formou-se assim uma concentração linear, ao longo da linha da costa e traçada segundo a orientação das plantações de coqueiros. Com o recuo do mar e com o decorrente crescimento da planície, as propriedades cresceram seus domínios até os limites da área da marinha. Para as condições de fixação da população, poderíamos afirmar que predominou o morador por favor, concepção essa, que mantém uma relação com duas características, que não deixam muito claro o fato de que o favor pode ser pago com favor. Essas duas características dizem respeito ao envolvimento com a produção material e o envolvimento emocional, à medida que está sempre implícita na relação a lealdade das partes.

Dessa forma, como o morador nunca é proprietário, dos limites territoriais que utiliza para sua moradia (apenas é proprietário da construção e dos bens de raiz), a sua dívida com o proprietário do sítio que ocupa é 'eterna' até que o proprietário resolva dar outro destino ao espaço ocupado pelo morador.

Do ponto de vista da estratificação social, com base na posse do território, esses moradores faziam parte dos agregados no período colonial, que se constituíam dos destituídos da posse da terra, por não serem brancos puros ou por serem índios, etc. (no séc.XVII).

Esse sistema de moradia para o pescador constitiu-se numa forma de assegurar a sua permanência nos sítios, uma vez que, desobrigados, na sua maioria, de efetuar trabalhos ligados à produção agrária, podiam iniciar ou dar continuidade às tradições de pesca, fundamental para o desenvolvimento da comuni

dade, do ponto de vista da sobrevivência. É verdade, ainda, que a concentração dessa população facilitava o destino da maioria das terras no município. Na zona rural, produzia-se basicamente uma agricultura de subsistência com uma densidade de população baixa: cana-de-açúcar em alguns vales e na baixada, próximo à costa, os sítios de coqueiros. O espaço ocupado pelos habitantes para a moradia limitava-se basicamente, ao espaço da construção da casa e um quintal com múltiplas funções. Às vezes, exercidas coletivamente. A partir da década de 70, o valor da terra tende a transformar-se de valor de uso do solo rural para valor de uso do solo urbano. E a relação proprietário-morador é alterada, fato este que tem repercussões na ocupação e na organização do espaço da população urbana local.¹

O que poderíamos denominar como o sítio urbano de Lucena, no início da década de 1970 era um arruado com construções dos dois lados, o qual continha poucos serviços e localizava-se a poucas centenas de metros do mar. À beira-mar, existiam alguns arruados, tanto paralelos quanto transversais à linha de costa. Na direção ao interior da planície, era praticamente inexistente a ocupação, devido a localização de áreas alagáveis, como a de lagoas originadas pela variação altimétrica, no nível dos ter

(1) "Como a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação, do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo".

SINGER, Paul I.

"O uso do solo Urbano na Economia Capitalista".

Boletim Paulista de Geografia nº 57. São Paulo, AGB. 1980.
Pag. 79.

raços marinhos, durante o quaternário.

A inexistência de um suporte econômico que fosse além da economia artesanal tornou inviável a função desempenhada até então, por Lucena como uma comunidade pesqueira.

No mercado imobiliário, se deu a valorização das terras não priorizando o desenvolvimento da produção existente, mas tendo em vista o crescimento urbano com funções balneárias atribuídas à situação geográfica, ainda que delineados alguns aspectos que não a privilegiem para tal vocação. Esses aspectos são a ausência de águas transparentes, devido à intensa sedimentação em suspensão na água e à influência das correntes marinhas, mas sobretudo às influências estuarinas do rio Paraíba.

Para a concentração da população urbana local, essa tendência nas transformações do uso do solo rural para o uso urbano vai reduzindo as possibilidades da aquisição de um imóvel, assim como repercute na qualidade da construção do mesmo, deixando transparecer ao nível da paisagem o caráter da distribuição de renda da população.

A instabilidade provocada nos moradores, condicionada à sua posição na distribuição da renda e ocasionada por uma reorganização do espaço, motivou o surgimento de duas formas espaciais de ocupação que representam uma valorização seletiva no espaço urbano. " ... o espaço nos países subdesenvolvidos se caracteriza por enormes desigualdades de renda, que são expressas ao nível regional por uma tendência à hierarquização das atividades

e, no nível local, pela coexistência de atividades similares mas que funcionam em diferentes níveis... As possibilidades de consumo variam grandemente. O nível de renda de cada um é função de sua localização espacial, a qual por sua vez determina a possibilidade de produzir e de consumir de cada um."¹

Essas formas espaciais são representadas pela ocupação originária da fragmentação da propriedade em lotes urbanos e pela ocupação resultante do crescimento da população trabalhadora da comunidade. Os lotes com destino ao lazer da população urbana da classe média de João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande etc., tanto se localizam nas proximidades do mar como se alongam em direção ao interior da planície a população de baixa renda, constituída pelos despossuídos, em sua maioria, dos meios de produção, aí ocupar as margens da principal via de acesso rodoviário, além, das áreas mais insalúbres.

Podemos observar como "...a renda real de um indivíduo pode alterar-se quando mudam os recursos disponíveis para ele (Thompson 1965, 90). Essa mudança pode ocorrer de várias maneiras. A quantidade de um recurso sem preço (tal como o ar fresco e o silêncio) pode ser alterada; os preços de um recurso podem ser mudados. Há, naturalmente, conexão entre o valor do solo e da moradia e o preço dos recursos, desde que mudanças neste último sejam hipoteticamente capitalizadas por mudanças nos primeiros".¹

(1) Economia Espacial. Santos, Milton. Hucitec, São Paulo, 1979, pág.140.

Ao mesmo tempo que o acesso à habitação foi-se tornando mais difícil, o acesso aos recursos naturais também o foi. Além do crescimento da população, aumentando a competição sobre esses recursos, restringiu-se também a área dos mesmos.

Dos recursos naturais utilizados pela comunidade é a lenha o mais necessário. Isto porque o consumo de energia se faz segundo as condições de produção da população. Como o nível de consumo de energia é baixo, a existência dos recursos naturais é vital para a manutenção da população.

A respeito das desigualdades na forma de ocupação, tanto na área delimitada urbana como na rural, não há como negar o comprometimento do Estado - visto aqui como o poder capaz de gerir a organização da ocupação de um território com limites municipais - com a classe proprietária de terra no município.

A situação política de antigo distrito do município de Santa Rita reforça a subjugação político-administrativa de Lucena, que se constitui num reservatório eleitoral de Santa Rita privilegiadora dos interesses políticos das grandes propriedades monocultoras da cana-de-açúcar.

No discurso de um prefeito de Lucena, em 1979, podemos perceber as intenções e os pré-julgamentos que representam os interesses da classe proprietária, da qual o mesmo faz parte e que reproduzem a distância entre as necessidades da comunidade sem meios para produzir e as necessidades das classes consumidoras urbanas." ... esse povo gosta muito de turismo, talvez isso aqui (Lucena) melhore muito a situação econômica do município

com esta estrada asfaltada... no sentido de melhorar, de trazer o progresso, de trazer condições de trabalho, eu acho que vai melhorar. Isso aqui com construções, edificações, vai ser empregada a mão-de-obra, muita gente vai trabalhar, o dinheiro vai girar aqui com mais frequência e vai melhorar, comércio e tudo,...quando vem o progresso, o negócio vai ter que se modificar. Se chegar o asfalto pra aqui, chega os loteamentos, se vem a especulação imobiliária, então realmente o sujeito, o proprietário, o dono da terra, o sujeito que só tem aquilo mesmo ali, quando vê o dinheiro tem que procurar arranjar qualquer coisa. Se ele não tinha nada, vai passar a ter geladeira em casa, melhor para ele porque o terreno valorizou e... ele não vai pegar e deixar um camarada construir uma casa de palha na beira-mar, quando o sujeito pode construir uma casa melhor, dá mais renda ao município e melhora o aspecto da cidade. Isso é uma coisa natural, eu acho que não está tirando nada do pescador quanto ao deslocamento da praia, mais afastado das principais ruas, vai beneficiar o PRÓ-ÁLC00L, os usineiros, esses aí tem grande interesse, o prefeito de Santa Rita tem muito interesse."¹

O povo a que ele se refere, que gosta de turismo é representante da classe média de outras cidades, cujo padrão de vida lhe permite o investimento e o consumo do lazer. A participação da mão-de-obra de Lucena nesse circuito do lazer e do turismo se dá sempre de uma maneira informal e obedece a uma sazonalidade, isto é, a necessidade do emprego intensivo da mão-de-obra dá - se

(1) Entrevista com o Prefeito de Lucena. Dossiê de Entrevistas, 1979.

no verão. No restante do ano permanecem apenas as atividades de ma nutenção das casas dos veranistas e o comércio nos bares e restau rantes nos finais de semana.

Na verdade, a situação melhora, como diz o prefei to, para o proprietário de terra e os comerciantes, pois os efe tos desse desenvolvimento do qual ele fala para a maioria da popu lação e sobretudo para os pescadores se fazem representar através da paisagem que não oculta as leis segundo as quais se dá o processo de empobrecimento de uma população.

A idéia da valorização do terreno vem junto à de uma melhoria no aspecto da cidade, assim como a especulação imobi liária é relacionada à geração de mais impostos para o município. O que não está dito é que essa valorização do terreno junto à cons trução de casas de boa qualidade exclui a participação dos morado res locais, obrigados a ocuparem os terrenos insalubres, uma vez que nenhum deles tem condições de comprar um terreno loteado. E co mo não são respeitados os direitos de posse, os moradores da faixa de terra mais próxima a beira-mar passaram, pouco a pouco, a dei xar livres as posses das casas para estas serem ocupadas pelos ve ranistas, que o fazem apenas no verão e/ou em finais de semana.

A reação dos moradores ante essa situação surgiu basicamente sob duas formas: ou o morador não contesta a sua posse e até reconhece a generosidade do proprietário em lhe ceder outro chão e/ou ajuda para construção de uma nova casa, ou o morador com a orientação da Justiça resiste ao despejo de sua casa por um tem po imprevisível.

A estrada asfaltada servirá tanto para aumentar o fluxo de veranistas e turistas da zona canavieira, como para facilitar a circulação proveniente da indústria açucareira, que representa também a entrada de mais renda para o Município, uma vez que este abriga parte da população envolvida com a produção canavieira, além de produzir cana para as destilarias.

Vemos, assim, como a perspectiva da especulação imobiliária e a concentração da propriedade das terras vai reduzindo as formas de acesso à casa, constituída de múltiplas funções vitais para a comunidade. Esta não redefiniu o seu papel político, ante as transformações desenvolvidas no Município, não apresentando, portanto, nenhum projeto alternativo ao dos proprietários.

A tentativa de organização dos pescadores por parte da Igreja mediante da Pastoral dos Pescadores, não foi bem sucedida, devido às pressões dos proprietários, temerosos da ação eficiente que foi produzida por aqueles agentes pastorais na praia de Pitimbu (litoral-sul do Estado), com uma organização que gerou uma cooperativa, aproveitada posteriormente pela EMATER, para dar continuidade à mesma.

A Pastoral dos Pescadores, utilizando-se da religião para unir esforços, no sentido de uma participação maior e mais justa dos pescadores na vida da comunidade, possibilitava tenuemente, a emancipação da população, sem o intermédio dos proprietários.

Essa experiência de pastoral entre os pescadores do Nordeste contava em 1976, no seu I Encontro Nacional, com participantes de quase todos os Estados da costa brasileira (Ver quadro I), numa demonstração da identidade existente entre os pescadores. Nesse Encontro, FREI ALFREDO, o Promotor do encontro, tentou mostrar que os pescadores viviam marginalizados da sociedade e da igreja. E com a descoberta pela Igreja de que a realidade do pescador não tem semelhante na população brasileira, precisam de uma atenção especial por parte da igreja.

QUADRO I

PARTICIPAÇÃO DE PESCADORES NO I ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL DE PESCADORES

ESTADOS	LOCALIDADES	Nº de PARTICIPANTES	ESTADOS	LOCALIDADES	Nº de PARTICIPANTES
Maranhão	Barreirinhas	1	Bahia -	Salvador	3
Ceará	Fortaleza	2		Arembepe	1
	Beberibe	5		Caravelas	4
				Alcobaça	1
R.G.do Norte	S. Bento do Norte	- 2			
	Canguaretama	- 2	E.Santo-	Conceição da Barra	1
	Arez	- 2			
Paraíba -	Lucena	2	Rio de		
-	Livramento	1	Janeiro	Macaé	1
-	Pitimbu	1		Itacuruçá	1
-	Santa Rita	1		Angra dos Reis	1
				Paraty	1
Pernambuco	Itapissuma	2			
	Olinda	6	S.Paulo	Santos	1
	Recife	1		Cananéia	1
				Navegantes	2
Alagoas -	Maceió	1			
-	Penedo	1			
			TOTAL.....		78

FONTE: Relatório do I Encontro Nacional de Pastoral de Pescadores
Olinda 23 a 25 de novembro de 1976.

3. - O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE LUCENA, EM FACE DA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR

3.1 - A Organização do Espaço, segundo a Divisão do Trabalho

Na sede do Município, ao lado da atividade pesqueira coexiste a atividade de extrativismo do coco que, considerada semelhante à primeira, do ponto de vista da divisão social do trabalho, envolve um contingente também composto de trabalhadores explorados no processo de produção. Essa exploração, que coloca o trepador (ou tirador) e descascador, o despelador, o carregador, o ponteador (denominações dadas dentro da divisão técnica do trabalho² às diferentes atividades necessárias à coleta bimestral) no mesmo nível do pescador artesanal, não se dá, no tocante à falta de propriedade do equipamento de trabalho. Entretanto, se dá, em relação à propriedade da matéria bruta (ou objeto de trabalho)

Os sítios de coqueiros são de proprietários particulares, que mantêm a propriedade da terra, determinando medidas que vão desde o traçado da planta da cidade até o tipo de ma

(1) Distribuição das diferentes tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade (econômicas, políticas, ideológicas) e que se realizam em função da situação que eles têm na estrutura social. Segundo Harnecker, Marta. Conceitos elementais do Materialismo Histórico. (Sem informações da casa editorial e local da edição. Cap. 2).

(2) "O que caracteriza a divisão técnica é que os trabalhadores especializados isolados não produzem mercadorias e sim valores de uso que podem ser enviados ao mercado para intercâmbio com outros. O que cada trabalho especializado produz é apenas uma parte do produto final. Só este, que é o resultado de um trabalho coletivo, constitui-se em mercadoria, isto é, em valor de uso permutável no mercado." Idem Op. Cit...

aterial empregado na cobertura das casas que ficam nos sítios. Os coqueiros que circundam as residências constituem uma ameaça aos tetos das casas, quando caem seus frutos. Para evitar os pedidos de indenização, os proprietários proíbem a utilização de telhas.

Quanto à manutenção dos sítios, esta sempre ocorreu, utilizando-se do acesso à habitação como uma forma de fixar o morador para beneficiar o sítio com a sua presença, mesmo que o morador não fosse um empregado do proprietário da terra com obrigações contratuais formais. Sabemos que a limpa do terreno e os possíveis efeitos da fumaça doméstica, nos coqueiros, contribuem para uma melhor produção de frutos, conforme afirmam os moradores locais. Especialistas da Biologia confirmam essa possibilidade com duas hipóteses: a primeira é a de que a fumaça favorece o processo fotossíntese na planta através da maior produção no ar de CO_2 ; a segunda é a de que a fumaça libera acetileno, e, dessa forma, estimula a floração.

Com efeito, obedecida a orientação de não utilizar material que pudesse ser danificado, com a caída eventual de frutos, o morador foi-se tornando um posseiro, tanto pela legislação urbana que rege os sítios urbanos como, muitas vezes, pela própria legislação que rege a zona rural (cujo número de anos para se confirmar a posse é maior), mesmo que os limites do urbano em Lucena ainda sejam aleatório. (Mapa 5).

Nessas condições de propriedade de moradia estão situados a maioria dos moradores desses sítios, que, no entanto, compõem uma população urbana, do ponto de vista político - administrativo

MAPA 5
PLANEJAMENTO PARA A EXPANSÃO URBANA
LUCENA - 1974

80m 40 0 40 80m
1:10000 1:10000 1:10000 1:10000

CONVENÇÕES

• LAVANDERIA	●●● DESTINADO À PRAÇA
•• DELEGACIA	① ○ .. HOSPITAL
••• IGREJA	○ .. COLÉGIO
• PREFEITURA	● .. MERCADO
• U. SANITÁRIA	
● COLÉGIO	
○ CLUBE	--- RIACHO
○ C. PESCADORES	--- MACEIÓ
○ P. GASOLINA	xxxxx LAGOA
† CRUZEIRO	--- ESTRADA P/BR 101
○ ○ ○ PRAÇA	--- COSTINHA
BUEIRO	
PONTE	

FONTE

PRANCHA ÚNICA	PLANO DE EXPANSÃO DE LUCENA-PB
ESCALA	REALIZAÇÃO: D.E.P.N. PROJETO: H.B.D.
CÓPIA BIL	LEVANT.: P.A.P., J.R.O. DATA 17/04/74

Podemos dizer que a ocupação da população urbana está assim composta: na sua maioria da atividade primária como a pesca artesanal a agricultura e coleta; em segundo lugar pela atividade terciária, como os serviços públicos e o comércio; e em último lugar com a insignificante participação da atividade secundária.

Em 1979 de uma população urbana em torno de 1067 hab., 702 pessoas exerciam uma atividade regular.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES EM LUCENA EM 1979

ATIVIDADES (tipos)	Nº DE ENVOLVIDOS	%
Pesca	76	21.17
Prestação de Serviços	52	14.48
Doméstica	46	12.81
Aposentados	42	11.70
Funcionário Público	38	10.59
Agricultura	25	6.96
Carvão	24	6.69
Coleta de Coco	22	6.13
Indústria	14	3.90
Construção Civil	13	3.62
Artesanato	3	0.84
Criação de animal	2	0.56
Portuário	<u>2</u>	<u>0,56</u>
total	359	100,00

FONTE: Dados obtidos através da aplicação de questionários em Lucena em todas as residências. Recenseado uma população com 1067 indivíduos, em maio de 1979.

FOTO 3 - Na beira do mar, o tipo de construção utilizado pelos veranistas , durante um certo tempo, conviveu com o tipo de habitação utilizada pelos pescadores, estas construídas, predominante, de material proveniente dos coqueiros e da madeira dos mangues que fazem parte dos recursos do lugar. -Lucena - 1980.

" ... A população é favorável porque quanto mais população, mais o município tem participação no fundo de participação do Município..."¹. Por outro lado, embora exista a consciência de que mais pessoas significa "... Ter mais combustível gasto, mais médico, mais dentista, mais medicamentos, mais escolas"², essa consciência do poder municipal não se traduz na priorização dessas condições materiais na vida dos trabalhadores que constituem a maio

(1) Entrevista com o Prefeito. Dossiê de entrevista pág. 21.

(2) Trecho da entrevista com o Prefeito. Dossiê de entrevistas pág. 22.

ria da população e aumentam, significativamente, pela imigração, à medida em que se expande a área cultivada com a cana-de-açúcar. Fato este, incentivado pelos financiamentos do PRÓ-ÁLC00L, cujos programas de crédito, que beneficiam a implantação de destilarias, vinculam a propriedade de pelo menos, 6.000 ha de área plantada.

Esses imigrantes provêm, em quase sua totalidade, da zona rural da Paraíba e de Pernambuco. Suas atividades, basicamente, estão ligadas tanto ao processo de desmatamento que, antecede a plantação da cana nos vales e tabuleiros, como à atividade canavieira nas suas várias etapas de produção, principalmente ao plantio, à adubagem e ao corte de cana.

Essa população que vem imigrando e localizando-se em Lucena tem, como motivo da transferência: a não-subordinação ao trabalho na cana, a proximidade do local de trabalho (é o caso dos carvoeiros e lenhadores que se transferem acompanhando a devastação dos resquícios da mata atlântica e das capoeiras, preparando a terra para a expansão da cana), além das uniões e motivos familiares. Na verdade, o raio de distância que cobre o percurso dessas transferências involuntárias raramente excede as fronteiras do Estado, sendo muito mais comuns as imigrações dentro da própria micro-região do litoral, e mesmo intramunicipal, caracterizando-se esta última como uma migração do campo para a cidade que atinge sobremaneira não só os expulsos de outras propriedades mas também os recém-aposentados do FUNRURAL. O elevado número de aposentados sustenta um efetivo populacional parasitário, no sentido de que uma grande parcela da mão-de-obra em condições de trabalho mas sem emprego agregada ao aposentado, consegue sobreviver, na falta quase que permanente de opções.

de trabalho.

Outros motivos das mudanças estão sempre ligados à impossibilidade de permanecer no campo ou na periferia de suas localidades de origem. E o motivo da fixação em Lucena foi a permissão relativamente fácil para a ocupação de um terreno e a construção de uma casa.

Esses, envolvidos basicamente na atividade canavieira e na atividade do extrativismo vegetal para carvão, vêm ocupando, também, o mesmo espaço destinado às pessoas envolvidas, nas atividades pesqueiras e de coleta de coco da comunidade.¹ "A cana no tabuleiro é muito bom para os usineiros, porque antes o usineiro só plantava a cana, só trabalhava com a cana no verão, porque a cana era toda plantada na roça e na época do inverno não tinham condições de fazer a colheita da cana. Mas, hoje não, eles a tiram cana da várzea no verão e a cana do tabuleiro eles tiram em qualquer época, pode chover à vontade"².

Podemos acrescentar às causas do cultivo da cana-de-açúcar no tabuleiro não só as condições climáticas como também a possibilidade de aprimoramento técnico da espécie.

Além desse aspecto, que privilegia a situação de expansão das terras cultivadas com a cana-de-açúcar, convém situar também o que acontece além do que se vê a nível da representação espacial. Na verdade, as condições de moradia anterior desaparecem no momento em que o morador passa a ser um obstáculo ao cres

(1) E a imigração permanece porque, no tabuleiro, o desenvolvimento da monocultura da cana pode se manter o ano inteiro, não obedecendo a sazonalidade das várzeas.

(2) Entrevista com o Prefeito de Lucena, Dossiê de entrevistas, pág. 22.

cimento de uma agricultura do tipo "plantations", ao mesmo tempo que a sua nova condição de morador citadino leva-o a elevar, cada vez mais, o nível do consumo na circulação de mercadorias. Isso ocasiona um rebaixamento do nível de vida, à proporção que a própria utilização de alguns recursos naturais (a água, a lenha, para gerar energia), necessário à economia doméstica é regulada por uma empresa que vende seu serviço - a CAGEPA, responsável pelo abastecimento d'água no Estado - ou é inacessível, por ser de propriedade privada - é o caso da lenha. Os objetivos básicos de uma empresa de abastecimento d'água são uma melhor garantia do nível sanitário da comunidade. Todavia, uma vez que o serviço é dificultado pela baixa renda de uma comunidade, há uma contradição nesses objetivos, que, na verdade, só reproduzem a sectarização já existente. Assim, o desaparecimento da moradia anterior, provocado pelas novas formas de ocupação do espaço agrário condiciona o imigrante à ocupação dos terrenos insalubres na planície de Lucena, visto que, nas mesmas condições do pescador e dos envolvidos na atividade de coleta do coco, se vêem impossibililitados de adquirir um lote próprio, devido à crescente valorização imobiliária na cidade de Lucena.

Para uma melhor base de análise das condições de moradia do pescador, quanto ao meio físico, precisamos situar algumas características do espaço em estudo, não só como uma tentativa de mapear os acontecimentos mas sobretudo para delinear melhor o tipo da organização espacial existente, em função das necessidades da circulação, bem como da necessidade de reprodução, das condições de produção da comunidade.

A posição geográfica do Município possibilita a existência das diversificadas formas de relevo. Num corte leste-oeste, encontramos uma planície formada a partir de terraço marinho, com altitude entre 2 e 8 metros que varia de extensão, alcançando 2 km na sede do Município. No limite oeste com a planície surge, abruptamente, a formação dos tabuleiros costeiros, com uma altitude média de 30m. Nos tabuleiros, o ecossistema caracterizava-se pela vegetação: típica de cerrados, denominada vegetação de tabuleiro, pelos resquícios da Mata Atlântica e pela vegetação de encosta (capoeira) e dos vales que compõem a rede de drenagem do Tabuleiro. Na planície, a vegetação é composta pela presença de mangues e panadiço, tipo de capim que cresce nos terrenos alagados, das lagoas. Além da vegetação característica de dunas denominada regionalmente de barba de bode¹, ocorre um vasto plantio de coqueiros nas cotas mais altas.

Na planície, estão localizadas as vilas, cuja população mantém-se envolvida com a pesca, o pequeno comércio, a coleta do coco, a agricultura e a indústria da baleia na vila de Costinha. Há ali, um crescente número de aposentados. Ao longo ou transversalmente aos cordões litorâneos existentes, uma via de acesso percorre essas vilas, delimitando uma concentração de domicílios longo da linha da costa, que é interrompida pela presença de quatro maceiões e pela desembocadura dos rios Miriri e Camaçari. Pode

(1) Remirea Marítima

mos divisar, na direção sul-norte da faixa litorânea, a sucessão de 4 concentrações de população: a vila de Costinha, a de Fagundes, Gameleira, a de Ponta de Lucena e a de Lucena. Os tipos de atividades e as condições de moradia são os mesmos, havendo, porém, diferenças, quanto a participação da pesca, na reprodução das diferentes concentrações. Essas concentrações são, quanto ao traçado, predominantemente lineares e as construções são, na maioria, de taipa e palha, embora se observe a presença da alvenaria e de telha. A presença de alvenaria e telha está associada a construções de melhor nível. Embora isso seja pouco característico das construções dos moradores locais, está presente em todas as construções de casas de veraneio (vamos encontrar mais profusamente esse tipo de construção na beira-mar e nas proximidades). As casas dos veranistas em nada se assemelham às casas dos moradores, mas formam um conjunto espacial com a via principal de Lucena, onde habitam os proprietários, e os comerciantes, e onde estão localizados serviços, como escola, prefeituras, igreja, banco, posto de saúde e telefônico, bares e restaurantes.

Com o loteamento dos sítios, surgiu a possibilidade de compra de um lote próprio para o antigo posseiro, mesmo, em terrenos alagáveis que não sofreram nenhum beneficiamento além da delimitação das ruas e lotes. Deu-se início da valorização da área chamada nobre, por localizar-se próxima do mar, principalmente na Praia de Lucena, e também, em menor concentração, em outras vilas da orla marítima do Município.

FOTO 4 A recoberta da casa de palha deve ser feita no máximo , de dois em dois anos. Constitui-se numa atividade coletiva onde os amigos participam sem cobrar pelo trabalho . Da atividade também consta uma comemoração final regada a cachaça As palhas utilizadas, passam por um processo artesanal de quebra das folhas que as orienta num só sentido. Dessa forma a colocação das folhas sobrepostas facilita a vedação. Lucena - 1980.

A ação dos proprietários, na tentativa de "despejar" dessa área da beira - mar os antigos modores ,foi reforçada

com as medidas da Capitania dos Portos que determinava a extinção das caixas , e mesmo das moradias, que se situassem dentro dessa faixa. Em atendimento a essas medidas, houve o primeiro momento de desapropriação e remanejamento de antigos posseiros, cuja preocupação com a reposição de um local de moradia foi prontamente resolvida pelo proprietário do sítio. Essa situação de remanejamento da população de economia artesanal, evoluiu bastante, de maneira que a intranquilidade e a insegurança dos moradores orientou o nível de aspirações, quanto à sua moradia. A aspiração quanto à residência nas novas ruas, fez com que muitas ocupassem o início da faixa de terras alagáveis no inverno, sujeitas ao tratamento constante da esquistossomose, pela SUCAM. Essa aspiração, está fundada no entendimento da vocação do espaço urbano, pois, uma vez percebida a valorização imobiliária e a distância entre o seu poder de consumo e essa valorização, o morador viu-se diante duma realidade a vencer: a garantia de uma habitação.

A esse aspecto de mudança no plano espacial soma-se também um maior empenho, por parte dos moradores, no emprego de material mais durável na construção da moradia, no sentido de valorizar o imóvel, assim como um maior poder de reivindicação, de alguns serviços básicos, como água e luz e segurança no perigo oferecido pelos coqueiros para a habitação¹.

(1) Quem decide essa segurança é o Juiz de Santa Rita.

O mobiliário também evolui para alguns pescadores à medida que se intensifica o comércio, e a necessidade de acumular dos pequenos comerciantes.

Do tambore

FOTO 5 Localização de parte da área de expansão recente em Lucena, tendo num primeiro plano as águas de uma lagoa. Ao fundo, observamos uma das instalações sanitárias feita pela Fundação SESP. Lucena - 1980.

te, aspira-se à cadeira e ao sofá, além dos objetos eletrodomésticos, concorrendo para isso o sistema de crédito e a propaganda.

O assumir esse novo processo de ocupação por parte da sociedade local beneficiou os proprietários que, por sua vez, utilizaram o ato da doação de terreno para construção de novas casas, com objetivos políticos.

No período que antecedeu as eleições municipais de 1978, o assentamento de habitações numa das entradas da cidade, ao longo da rodovia de acesso a BR-101, deu-se rapidamente, contribuindo sobretudo para a instalação da população imigrante.

FOTO 6 As caiçaras constituem um tipo de abrigo para o equipamento (canoas, redes, cestos), e para os pescadores que a utilizam também como ponto de encontro do trabalho individual ou coletivo, e para o descanso e comemorações. Lucena - 1980.

O contingente que imigrou e estacionou em Lucena veio reforçar a ocupação das áreas insalubres por ter sido este o local a que teve acesso, numa situação espacial que prioriza a atividade de lazer da população urbana. Sua função na reprodução do capital está intimamente ligada a expansão de grandes cultivos, no município de Santa Rita e Lucena, como a cana-de-açúcar ou o coco e a soja associados. Em outros termos: por um lado, a infraestrutura urbana é criada, muito mais no sentido de servir, de acordo com a capacidade de consumir, ou seja do nível de renda da população. Assim a infra-estrutura montada é sempre deficiente na sua capacidade de servir, uma vez que ao contingente permanente do sítio considerado urbano não pode ser atribuída a capacidade de manutenção - pelo consumo - da infra-estrutura montada.

Com o crescimento natural de Lucena, mais as imigrações do campo e o aumento sazonal da população de veranistas, podemos considerar que, no seu movimento como um todo, o crescimento provocou, para a população local, a redução dos recursos naturais disponíveis rebaixando o nível de vida, e definiu as opções de ocupação para os pescadores, reforçadas pelo movimento de imigração que se dava ao mesmo tempo. Deu-se também a definição da função de lazer que temporariamente movimenta a cidade causando com esse movimento a ilusão de que o aumento do consumo temporariamente significa o desenvolvimento da cidade de Lucena.

3.2 - A Reorganização no uso do solo, no campo e na cidade, e o nível de consumo da População

A cidade significa aqui, em se tratando de um lo

cal de desenvolvimento de uma comunidade pesqueira artesanal, não só o local de desenvolvimento de alguns serviços básicos, mas também uma área delimitada que servirá aos interesses político-administrativos do Estado. Isso significa uma atuação mais intensa do mesmo, no sentido de controlar a sociedade urbana. Essa característica político-administrativa, em uma sociedade urbana, torna possível a realização do avanço das fronteiras do espaço urbano sobre o espaço rural, modificando o valor de uso do solo e, com ele, possibilitando o desenvolvimento das funções, que um determinado espaço é chamado a realizar pela sociedade num determinado momento. Dessa forma, a cidade de Lucena desempenha a função de incrementar o seu efetivo populacional, como decorrência das transformações que se dão, principalmente na zona rural e na periferia de cidades envolvidas com a reorganização do mundo rural, como Santa Rita. (Quadro 1)

Podemos dizer que a maioria da população que migra para o sítio urbano de Lucena é oriunda de municípios limítrofes e de outros municípios, onde a monocultura ou grandes extensões de cultura mista são atividades predominantes.

Assim, a origem dos imigrantes, quando não é a própria zona rural do município de Lucena, é a zona rural de Santa Rita ou de Rio Tinto, entre outras.

EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE DAS TERRAS DE 1960 a 1980 NO ESTADO DA PARAÍBA, MICROREGIÃO DO LITORAL E NOS MUNICÍPIOS DE LUCENA E SANTA RITA, SEGUNDO O TIPO DE ESTABELECIMENTO

TIPO DE ESTABELECIMENTOS E LOCALIDADES	1960		1975		1980	
	Nº de ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	Nº de ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	Nº de ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
PARAÍBA						
. Individual	11.206	3.735.110	185.343	4.322.520	150.917	4.436.709
. Condomínio ou Sociedade	2.834	171.049	6.251	245.208	9.178	273.757
. Soc.Anôn.ou Cotas Resp.Ltda.	-	-	2.217	131.668	1.732	149.233
. Cooperativa	729	63.828	9	79	80	991
. Entidade Pública	1.895	95.747	5.293	30.867	4.810	40.572
. Instituição Pia ou Religiosa	219	1.545	735	4.816	483	3.711
. Sem Declaração	-	-	143	1.068	361	17.382
LITORAL						
. Individual	8.399	141.257	14.438	165.786	9.527	167.011
. Condomínio ou Sociedade	467	19.460	1.521	33.470	1.964	57.923
. Soc.Anôn.ou Cotas Resp.Ltda.	-	-	1.678	63.107	890	57.682
. Cooperativa	422	48.733	2	6	3	6
. Entidade Pública	-	-	2.390	7.399	1.676	14.718
. Instituição Pia ou Religiosa	-	-	127	622	47	134
. Sem Declaração	-	-	17	37	44	2.483
LUCENA						
. Individual	-	-	201	6.858	159	4.012
. Condomínio ou Sociedade	-	-	34	693	6	373
. Soc.Anôn.ou Cotas Resp.Ltda.	-	-	1	73	22	2.845
. Cooperativa	-	-	-	-	-	-
. Entidade Pública	-	-	-	-	-	-
. Instituição Pia ou Religiosa	-	-	1	2	-	-
. Sem Declaração	-	-	1	1	2	1.282
SANTA RITA						
. Individual	1.053	16.383	1.197	25.705	364	31.841
. Condomínio ou Sociedade	9	105	84	2.891	12	442
. Soc.Anôn.ou Cotas Resp.Ltda.	-	-	388	16.931	121	13.719
. Cooperativa	144	7.459	-	-	-	-
. Entidade Pública	-	-	179	66	8	5
. Instituição Pia ou Religiosa	-	-	9	18	34	96
. Sem Declaração	-	-	3	2	31	884

FONTE: IGCE

Censo Agropecuário - 1975.

Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL DE 1960 A 1980 NO ESTADO DA PARAÍBA, NA MICROREGIÃO DO LITORAL E NOS MUNICÍPIOS DE LUCENA E SANTA RITA

LOCALIDADES	TOTAL DE ESTABELECIMENTO E ÁREA (HA)		
	1960	1975	1980
PARAÍBA			
. Estabelecimentos	117.836	199.987	167.561
. Área	4.070.228	4.736.226	4.921.755
LITORAL			
. Estabelecimentos	9.663	20.173	14.151
. Área	281.256	270.427	299.958
LUCENA			
. Estabelecimentos	-	23.238	189
. Área	-	7.627	8.511
SANTA RITA			
. Estabelecimentos	1.290	1.860	570
. Área	24.029	45.614	46.987

FONTE: IBGE

- Censo Agropecuário, 1975.

- Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

Antes de compararmos os dados estatísticos referentes a propriedades das terras nos dois municípios, tentaremos esclarecer que a quantificação necessária ao entendimento da evolução do seu quadro é omitida nas publicações oficiais. Assim observamos que existem para o município de Santa Rita dados que permitem um entendimento da evolução na agricultura nos anos 1960, 1975 e 1980, não ocorrendo o mesmo em 1970. E para o município de Lucena temos esses dados apenas de 1975 e 1980. Fizemos uma análise comparativa - tomando como base apenas os anos de 1975 e 1980 - da evolução do quadro da propriedade da terra no município de Lucena e do município de Santa Rita, pela relação que este mantém com aquele. Haja vista a condição anterior de Lucena, de distrito de Santa Rita. Além disso, pela condição de municípios que se limitam, dando assim margem a uma expansão de suas fronteiras, onde a forma espacial comporta um movimento de reprodução humana que não obedece a limites espaciais municipais.

Em Lucena como em Santa Rita, houve uma redução das propriedades menores e um acréscimo das médias e das grandes propriedades. Dessa forma, podemos dizer, que, em relação ao movimento de reordenação do espaço rural no município de Santa Rita, atribuímos efeitos do ponto de vista do movimento da população e da transformação do valor de uso das propriedades, em Lucena. E com isso, um aumento da área de determinados cultivos e uma diminuição do número de pequenas propriedades provocou, em termos de produção, um esvaziamento na diversificação de produtos alimentícios e um acirramento do mercado e das condições de trabalho a que está sujeito o trabalhador assalariado.

As imigrações se dão tanto de população economicamente ativa, como de inativos.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES POR SETOR EM LUCENA - 1979.

Primário	Pesca 76		%
	Agricultura 25		
	Carvão 24		
	Coletaço 22		
	Criação Animal 22 - 149		47.00%
Secundário	Fábrica de Tapete 6		
	Indústria da Baleia 4		
	Padaria 4	14	4.41%
Terciário	Prestação de Serviços 52		
	Doméstica 46 - 154		48.58%
	Funcionário Público 38		
	Construção Civil 13		
	Artesanato 3		
	Portuário 2		
	TOTAL	317	

Fonte: Pesquisa de Campo - 1979

O setor quemais se beneficiou com o crescimento do núcleo urbano, inclusive com a baixa da produção pesqueira, foi o pequeno comércio, uma vez que a prática da venda a crédito, mesmo de gênero de primeira necessidade, assegura a reprodução de uma cliente-la, cujo salário muitas vezes - na maioria dos casos o do pescador - não é definido nem tido como certo.

Qualquer pessoa pode comprar na venda, desde que seja efetuado o pagamento semanal ou mensal. Como o pagamento dos bens de primeira necessidade nas vendas é efetuado com a totalidade dos salários ganhos, a única alternativa que resta é um novo endi

damento onde já se tem crédito. Acontece até de haver um rodízio de endividamento entre todos os estabelecimentos, mantendo-se, assim, a competição entre os mesmos.

A garantia para o comerciante é a manutenção do crédito, mesmo que os pagamentos não sejam sistemáticos, pois é justamente o fiado que sustenta a importância do comerciante, uma vez que a maioria da população sobrevive dessa forma.¹

Esse comércio é composto de venda de produtos alimentícios, de limpeza, de combustível; de bares, restaurantes e padarias.

As vendas são uma réplica dos barracões dos antigos engenhos e de algumas fazendas ainda hoje. Num único compartimento estão as mercadorias expostas no teto, nas paredes e mesmo no chão. Um balcão, divide o ambiente e organiza as funções de vendedor e de consumidor. O proprietário do estabelecimento, via de regra, é o vendedor ou parente deste, não sendo comum a existência de empregados trabalhando na venda.

(1) "De fato, esses aglomerados urbanos são bastante propícios ao desenvolvimento de atividades por conta própria de baixo rendimento e baixo nível de habitação ocupacional. Em virtude da baixa renda familiar, estas populações ficam distanciadas do mercado consumidor na medida em que seu baixo poder aquisitivo as obriga a comprar o retalho, e a comprar a crédito sem que possam participar do sistema de crédito legalizado. Compram dos pequenos vendedores autônomos locais que, embora vendendo a preços mais elevados, oferecem crédito e venda a retalho".

PRANDI, José Reginaldo.

O trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo. Símbolo, 1978
pág. 88.

FOTO 7 - Via Principal de Lucena. No primeiro plano a esquerda, vemos um casarão residencial e com funções comerciais, na época em que o proprietário do sítio mantinha na própria residência uma venda com entrada independente. Em frente ao casarão está a primeira Agência Bancária da cidade. Lucena - 1980.

O movimento diário é feito, frequentemente, por mulheres e crianças, mas o elemento masculino está sempre presente - no estabelecimento ou nas imediações, seja ingerindo bebidas alcoólicas, seja simplesmente trocando idéias.

No movimento diário da venda, o vendedor utiliza constantemente a caderneta de contas, onde dá baixa no preço das mercadorias vendidas a crédito. A dependência do crédito leva, muitas vezes, o consumidor a aceitar o total dessas contas mensais, mesmo discordando da soma total, ou seja: segundo os moradores, também se paga o que não se comprou.

A maior movimentação das vendas se dá no sábado, domingo, e no final do mês. É comum avolumar-se o número de pessoas nas vendas, no sábado, quando também é feito o pagamento das contas e a renovação do crédito e das mercadorias necessárias a uma semana, constituídas basicamente do açúcar, do café, da bolacha¹, do sabão, e do querosene.

Dos três bares e restaurantes apenas um consegue manter-se menos precariamente, durante o ano inteiro. Funcionam mais como bares e exercem na mesma construção a função de residência do proprietário do restaurante, o qual só assim consegue realizar a manutenção do seu estabelecimento. O abastecimento do pescado ainda é precário, devido às precárias condições de conservação, pois os freezers existentes são de pequena capacidade (em torno de 200Kg) e exercem múltiplas funções o que acarreta variações na qualidade de conservação do pescado.

(1) A Bolacha é de fabricação local sendo muito comum o consumo do brote, um bolachão de massa não muita leve, mas que substitui a massa do pão ou da farinha - adquirida na venda ou nas feiras - na falta daqueles dois. A farinha de mandioca que tradicionalmente fez parte do hábito alimentar dos pescadores já é frequentemente substituída.

FOTO 8 Via principal de Lucena, tendo em primeiro plano um restaurante num dia de domingo. A precariedade de funcionamento desse tipo de estabelecimento comercial é um testemunho das condições desse tipo de comércio em Lucena - cujo funcionamento sistemático só é verificável com afluência de turistas. Lucena - 1980.

O comércio efetuado na venda não só se manteve como também cresceu, inclusive como componente da economia doméstica. Esse fato não diminuiu a importância das feiras para o pescado, pois este é o ponto de comercialização para o peixe seco. Além disso, o preço das mercadorias, mesmo contando-se os custos do transporte, saem sempre mais baixos nas feiras do que o das mercadorias do comércio local. As vendas representam os principais pontos do comêrcio local e representam uma forma de manutenção da miséria do trabalhador. Exercendo os mecanismos do mercado, os preços dos produtos chegam sempre mais caros em Lucena do que nas feiras da região (Santa Rita, Cabedelo, Sapê). Como no lugar há uma irregularidade na

obtenção de salário, a compra dos gêneros alimentícios básicos se dá na venda onde a existência do crédito vai permitir a sobrevivência de uma parte considerável da população (incluindo-se aqui também os imigrantes recentes).

Esses pontos de comércio não só abastecem o trabalhador de salário incerto que habita o núcleo urbano, como também serve de entreposto comercial para os produtos dos pequenos produtores da zona rural das adjacências. Essa função de entreposto apresenta-se como um ponto de interrupção no fluxo de algumas mercadorias destinadas às feiras de Cabedelo e de Santa Rita. Dessa forma, observamos que a função da agricultura de subsistência, atende também as necessidades de uma sociedade urbana em desenvolvimento, como a de Lucena. " ... É surpreendente que as características arcaicas da agricultura regional permanecem não por inércia ou 'resistência à mudança' do tipo clássico, mas tendem a aprofundar-se e acentuar sua simetria, à medida que avançam os processos de urbanização e industrialização do país. E ainda mais desconcertante é a compatibilidade entre essa estrutura aparentemente obsoleta e o crescimento acentuado dos níveis de produção!¹

Essa função de entreposto é antiga em Lucena e remonta à época em que o proprietário da terra era o proprietário da venda.

(1) Francisco Sá, Jr. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. São Paulo. Seleções CEBRAP I.

Talvez esse fato, aliado à proximidade a a importância das feiras dos municípios vizinhos, explique o motivo da existência de uma feira em Lucena, somente entre 1912 e 193. Não se tem notícia de outras datas até hoje, em que uma feira em Lucena funcionasse regularmente e conseguisse se estabelecer. Com o crescimento do núcleo urbano e com a partilha das propriedades por herança, esse controle através do comércio assumiu outra forma. Forma esta, que se estabelece e se firma à medida que se dá uma reordenação ou reorganização no uso do solo, no campo e na cidade dos municípios de Santa Rita e Lucena.

Podemos dizer que, na evolução da forma de ocupação esta retoma a já antiga relação com a produção canavieira. Relação-essa, que, talvez nunca se tenha desfeito, desde a existência do engenho de Bonsucesso. A diferença está em que a acumulação do capital propiciada pelo engenho foi também investida na formação da vila a 3 km ao sul de Bonsucesso. O que resultou num crescimento, mesmo lento, da vila e um estacionamento da localidade de Bonsucesso que culminou com o desaparecimento da paisagem que fora constituída por um arruado de casas de palha e que foi substituída pelo vazio, devido a especulação imobiliária.

A forma de ocupação que assume hoje a paisagem urbana em Lucena apresenta as características da estratificação social existente e um predomínio da classe mais baixa, composta de pescadores, coletores, agricultores. Essa classe se expande horizontalmente nos espaços insalubres, orientada pela valorização imobiliária da orla marítima e pelo despovoamento da zona rural.

Ao assumir a função de balneário, Lucena estreitou as relações com João Pessoa, com a finalidade de turismo e de veraneio e com uma orientação de consumo para João Pessoa. A relativa facilidade de comunicação também contribui para esse acesso, que pode ser efetivado diariamente através da BR-101 via Santa Rita, ou através da travessia do estuário feira entre Costinha e Cabedelo.

4. - AS OPÇÕES PARA O MERCADO DE TRABALHO

4.1 - O Potencial Estuarino e Possibilidades de Expansão do Espaço Ribeirinho

Do ponto de vista da organização do espaço regional, a região em que Lucena está inserida comporta uma extensa área estuarina contígua espacialmente ao município de Lucena.

A condição de estuário é a confirmação da existência de uma intensa vida vegetal e animal, e que vocacionalmente serve de espaço destinado ao desenvolvimento da atividade pesqueira e da agricultura de subsistência.

Ao situarmos-nos na geomorfologia da região, observamos que Lucena faz parte de um conjunto de planícies, do qual fazem parte (a de João Pessoa, a da Restinga e a de Lucena) de formação terciária que, entendidas do ponto de vista de sua formação, nos apresentam um potencial biológico muito significativo, considerando-se a importância dos mangues e da ocorrência dessa vegetação, no estuário do rio Paraíba. Os mangues têm "... uma importância vital na produção biológica, favorecendo a proliferação de bactérias e de fitoplâncton, tão necessários a cadeia alimentar ... tem ainda o mangue importância vital como filtro de sedimentos, favorecendo o depósito de partículas finas. A grande quantidade de vegetação de mangue no estuário do Rio Paraíba, ocupando uma área de mais ou menos 6.500 ha. nos coloca diante de uma verdadeira

floresta inundada com uma potencialidade de produção em torno de 260.000 toneladas/ano de produção de matéria orgânica seca.

Indiscutivelmente a presença desta fabulosa floresta de mangue concorre para a grande potencialidade biológica deste estuário, além do próprio mangue ser parte importante nesta produtividade, com o uso de suas madeiras em construções populares..!"

A organização do espaço ribeirinho do estuário do rio Paraíba conta com essa potencialidade natural utilizada tanto para a atividade pesqueira de subsistência como para a infra-estrutura urbana e industrial, necessária à sociedade, como por exemplo, o recebimento de terminais de esgotos e de restos industriais, e a ocupação que se dá com fins habitacionais. Poderíamos mesmo dizer que, se no momento a política de organização espacial dá prioridade ao crescimento urbano, a maioria das atividades relacionadas ao espaço ribeirinho estão voltadas à manutenção de infra-estrutura urbana para João Pessoa.

A atividade de subsistência no estuário funciona como uma produção atenuadora entre as necessidades de expansão do consumo urbano e as condições do mesmo em se efetivar. É o que observamos, quando acompanhamos o destino da produção das comunidades ribeirinhas do estuário, na direção dos mercados dos núcleos urba

(1) Madruga, A. Moacyr
de Mestrado. Pág. 86.

nos, como João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

O comércio das feiras livres, nas cidades de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo as mais frequentadas pelos habitantes do estuário da margem esquerda leva-nos ao reconhecimento da importância das feiras como ponto de comércio e de interação social. Isto porque, de uma forma sistemática, possibilita a uma população rural a venda dos excedentes de sua produção e obtenção dos produtos de que necessita, bem como a manutenção de relações sociais que fazem parte do universo social do agricultor.

" Do ponto de vista da realidade rural do estuário, são distintos os movimentos sociais das propriedades rurais em seu processo produtivo e os da vida social das populações. A produção agrícola do estuário, de caráter extensivo e extrativo, está voltada diretamente ao mercado dos centros urbanos, seja na forma de bens de consumo direto (frutas), seja como matéria prima para indústrias alimentícias. A aparente proximidade física da produção agrícola das propriedades com núcleos de população rural, não se traduz entretanto, numa aproximação destes... com esse processo produtivo. Ao contrário, a população rural... desenvolve apenas uma agricultura de subsistência em pequenos pedaços de terra arrendadas e não está obrigatoriamente envolvida na produção da propriedade . Isto se dá em grande parte em consequência da própria natureza da cultura extensiva, que só emprega mão-de-obra em caráter temporário e que por ser uma agricultura de tipo permanente, de sazonalidade definida (o coco de 2 em 2 meses e manga anualmente) exige poucos cuidados durante o ano... A rigor os principais pontos de relacionamento entre a propriedade e pessoas que nela habitam se

referem ao pagamento do aluguel de moradia e do foro pelo uso da terra arrendada, em que cada proprietário, segundo seus interesses e sua forma de gerir a propriedade, estabelece formas distintas de pagamento".¹

Vemos aqui como a necessidade básica da habitação é ainda mais subjugada ao proprietário da terra do que em Lucena - o que permitiu um decréscimo de população em algumas propriedades ao mesmo tempo que outras localidades como Forte Velho e N.S. do Livramento cresceram intensificando as relações com Santa Rita e Cabedelo. Mesmo assim, não se pode contar com o crescimento populacional ribeirinho que também já tem seu futuro orientado: a ocupação desse espaço pela cana-de-açúcar e loteamentos para o lazer de João Pessoa.

Dessa forma se mantém também no estuário o estado crônico de miséria oriunda da exploração do trabalho. Isto faz com que a relação mantida com o meio-ambiente proporcione sempre a expectativa da possibilidade de reprodução e sobrevivência, sem necessariamente passar, na sua totalidade, pela dependência do mercado de consumo urbano.

Ao aspecto da subsistência da população, nas periferias das cidades associamos a própria habitação. Dada a característica dos mangues, de pertencerem ao patrimônio da União, a ocupação dos seus terrenos constitui uma forma alternativa - no proces

(1) Cadernos de estudos regionais. Pág.84, 85 e 87, 88, Série Monografia II.

so de expulsão da produção do campo - de ocupação e crescimento das cidades de João Pessoa e de Bayeux. As possibilidades dessa ocupação existem nas zonas de contato entre o mangue e as terras firmes, sobretudo nos limites da vegetação de mangue, que é parcialmente aterrada, mas continua predominando no espaço construído, assim como a fauna, que, em alguns casos, compete com o próprio homem na sua sobrevivência, um exemplo são os insetos que permanecem no lugar, apesar da luta diária e precária para debelá-los. Os habitantes dessas áreas fazem o uso constante de um artifício denominado: "foi-de-fogo", que se constitui em um braseiro exalando fumaça e que é necessário durante o dia e a noite, mais ainda para afugentar partes dos maruins, espécies naturais do mangue, as quais atormentam a vida dos habitantes com picadas e lesões que podem provocar na pele. Por outro lado sabemos o que significa para a qualidade de vida a salubridade do ambiente, isto é, se existe uma ocupação sem nenhuma infra-estrutura na região do mangue, é normal que esses habitantes, principalmente crianças e velhos, sofram de problemas pulmonares devido à excessiva e constante umidade do lugar.

Afora as atividades de subsistência, como a agricultura e a pesca, presentes na organização do espaço ribeirinho, outra atividade está muito bem representada na vida do estuário, pois provoca uma verdadeira catástrofe para a continuidade do ciclo biológico. É a poluição com os retilos provindos das agro- industrias açucareiras, e os dejetos das cidades, canalizados pelo saneamento urbano.

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE ALCÓOL EM USINAS E DESTILARIAS QUE CONTRIBUEM COM CALDAS PARA O ESTUÁRIO -SAFRA 81/82.

USINAS E DESTILARIAS	PRODUÇÃO DE ALCÓOL/LITROS		S O M A
	POSIÇÃO EM 31.12.81	POSIÇÃO EM 15.06.82	
São João	1.600.780	2.314.900	3.915.380
Santa Helena	4.875.000	5.170.000	9.985.000
Santana	1.169.071	2.265.012	3.729.083
SOMA TOTAL	7.609.551	9.719.912	17.329.463

DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DE ALCÓOL EM USINAS E DESTILARIAS QUE "CONTRIBUEM" COM CALDAS PARA O ESTUÁRIO - SAFRA 82/83.

USINAS E DESTILARIAS	PRODUÇÃO DE ALCÓOL: LITROS E M ³		S O M A
	POSIÇÃO EM 31.12.82 LITROS	POSIÇÃO EM 31.08.83 LITROS CÚBICOS	
São João	1.357.712	6.772.000	8.129.712
Santa Helena	5.520.000	9.075 000	14.595.000
Santana	3.073.500	7.315 000	10.388.500
Jacuípe	7.596.000	13.042 000	20.638.000
Japungú	5.849.752	13.012 000	18.861.752
SOMA/TOTAL	29.243.116	76.186 000	105.429.116

FONTE: M.I.C. - I.A.A. - Instituto do Açúcar e do álcool

Das atividades envolvidas com a potencialidade natural do estuário do rio Paraíba, podemos dizer que, em se tratando de possíveis prejuízos que possam trazer a esse meio ecológico, essas duas atividades têm um caráter bastante acelerador dos mecanismos que acarretam o assoreamento e a poluição do meio, afetando especialmente uma extensa área que, direta ou indiretamente, participa do ciclo de vida do estuário, através da cadeia alimentar. As ameaças, ou mesmo, as ações desses mecanismos poluidores, têm ainda uma atuação que extrapola o domínio da poluição e do assoreamento, isto é, as interferências na qualidade dos recursos para a população ribeirinha da planície e para a sociedade de todo litoral.

4.2 - A Situação do Mercado de Trabalho em Lucena

Diante da falta de alternativa no espaço regional, observamos que a população vê-se cada vez mais impelida a deixar as atividades artesanais ao mesmo tempo que se vê cada vez mais forçada a integrar o circuito da circulação do capital, no consumo. Este consumo, por sua vez, só se torna mais viável e garantido, à medida que os salários tenham uma frequência garantida que possa permitir inclusive a possibilidade da expansão do comércio.¹

1 NOTA: "O salário e a renda do trabalho autônomo (renda-trabalho) pertencem a classes distintas de conceitos. O salário é a expressão monetária da parcela de valor que é paga ao trabalhador em troca da venda de sua força de trabalho - em condições ideais de mercado nas quais o valor corresponde, ao preço -, enquanto que a renda-trabalho é a expressão do valor produzido pelo desgaste da força de trabalho do próprio proprietário dos meios de produção".

. PRANDI, Jpsé Reginaldo. O Trabalhador por Conta Própria Sob o capital. São Paulo, Símbolo, 1978. Pág. 76.

Além dos serviços públicos e privados.

as opções de assalariamento no município surgem com a presença de empresas industriais, como a COPESBRA, as destilarias de álcool do Município de Santa Rita e a MAGUARY-KIBON afora ou outras atividades de menor importância econômica, mas nem por isso menos necessárias a essa sociedade.

A Companhia da Pesca Norte do Brasil - COPESBRA -, integrante do grupo multinacional Nippon Reizo KK, de Tóquio foi adquirida em 1959 e está localizada na vila de Costinha.

Antes da COPESBRA, a exploração da baleia foi feita por um Norueguês que passou a empresa para um brasileiro. O processo de extrair o óleo era feito no próprio navio, no rio, e a carne era atirada ao mar, quando o navio saía para a caça. a COPESBRA dinamizou a produção, às custas de uma maior exploração, dos recursos naturais do lugar (lugar aqui, considerado como a totalidade da superfície do município e adjacências) e sempre foi muito bem-vinda no município, particularmente, no que diz respeito ao ICM arrecadado. Essa aceitação está presente em todo um discurso justificativo para a existência da COPESBRA.

"Realmente, a companhia de pesca da baleia em Costinha, que é do município de Lucena, a não ser o Fundo de Participação, dos Municípios que a Prefeitura recebe do Governo Federal, é a maior fonte de renda daqui. Tanto para o município como para a população. Quanto a Companhia de Pesca ... congrega na época da pesca mais ou menos 300 operários, quer dizer são quase 1.500 pessoas a viver e comer dali, a vestir dali, se houver a paralização

da pesca da baleia, é um prejuízo enorme para o município e é um problema social muito grande para nós aqui também... não sou contra, eu luto aqui, eu batalho aqui pela permanência da baleia, por que o município não tem uma indústria. É a única indústria que o município tem é essa. Então se você só tem um prato para comer, e só tem aquele comer, você não vai querer que ele vá embora, você tem o direito de fazer tudo para você se alimentar então eu vou, participar por aqui. Já reunimos a Câmara Municipal duas vezes para passar um telex para o Presidente da República, a todos os Municípios, apelando para eles não acabarem com a pesca da baleia. Mas eu não sou contrário, na realidade eu me apego a isso, porque nós só temos aquilo. Mas também não faria questão se ela acabassee com nossa ecologia... bonito que eu acho é a renda que entra para o município, para os bolsos dos operários. Quem vive daí são os operários, são famílias deles, tem o comprador da carne fresca que... vende e sustenta a família dele também, já tem o pobre na feira que não pode dar 70 cruzeiros no quilo de carne verde, mas dá 30 no quilo da baleia fresca...depois vem a carne seca que o sujeito compra, o caminhão... firmas em João Pessoa... que compam a carne de charque para exportar para o interior da Bahia que só lá consome 70% da safra daqui da Companhia de Pesca, é brincadeira!¹

A importância da pesca da baleia para o Município é aqui maximizada, pois, se atentarmos para a relação existente en

(1) Entrevista com o Prefeito de Lucena.
de entrevistas págs. 29, 30, 31. 1979.

tre o possível lucro da companhia e o percentual do que fica para o Município, sob a forma de ICM, certamente não será essa relação que dá a mencionada importância à caça da baleia e à sua industrialização na base de Costinha.

Na realidade, podemos dizer que é muito pouco significativo o envolvimento da população com a pesca da baleia, se considerada a totalidade do Município.

A população residente em Costinha mantém, pela proximidade física, uma relação maior com a COPESBRA. No entanto, esse fato não justifica a exploração dos recursos humanos, como a que lá se desenvolve. Qualquer outro empreendimento do mesmo ramo de atividade ou não que tenha capacidade de absorção da mão-de-obra local será, da mesma forma que a COPESBRA, um empreendimento necessário, tanto do ponto de vista do mercado de trabalho quanto da arrecadação do ICM. Pois com relação ao consumo da carne verde da baleia no Município, este ainda se dá muito irregularmente, se o compararmos com o da respectiva charque, no interior da Bahia, e das carnes de melhor qualidade que são congeladas e exportadas para o Japão.

Com relação ao ICM pago pela COPESBRA, (que o Prefeito, em seu discurso, diz ser a maior fonte de renda do Município), fica evidente a prioridade para a localização da indústria, no Município, uma vez que do arrecadado, 20% são destinados como transferência, ao orçamento municipal.

Para esclarecer alguns dados referentes à absorção

real de mão-de-obra, apresentamos um quadro de empregos da COPESBRA, em 1979.

EMPREGOS NA COPESBRA¹ - ANO 1979.

	TOTAL	FIXOS	MÔVEIS		
			TOTAL	TEMPORÁRIOS	EVENTUAIS
SAFRA	272	154	188	88	30
ENTRESAFRA	169	154	15	15	-

FONTE: Folhas de pagamento de 1979 (semanais e mensais)

OBS: Fixos - por semana/ou mês durante todo o ano

Môveis - são na safra ou na entresafra. Dividem-se em:

- . Môveis temporários - são empregados que trabalham regularmente.
- . Môveis eventuais - são empregados que trabalham em tarefa.

Alguns cientistas conjuntamente aos movimentos ecológicos na Paraíba e no Brasil vem batalhando junto à opinião pública no sentido da conscientização das peculiaridades da caça à Baleia em Costinha, com o seguintes argumentos: As Baleias são caçadas no litoral da Paraíba enquanto fazem a sua trajetória em busca de águas mais quentes para o acasalamento e reprodução; o tipo caçado hoje - em dia é a Mink, pois das Baleias maiores e que produzem maior quantidade de óleo como a cacholote já não aparecem na área de caça, o que pode significar uma redução de população; e a exploração do trabalho na COPESBRA, por exemplo, a ideologia dos japoneses como por exemplo no afirmar que trabalhador brasileiro ganha mal porque é regido pela lei brasileira e trabalhador japonês ganha bem pelas leis do Japão.

(1) Extraído: "A Questão da Baleia: da Luta Ecológica à Exploração Humana" Madrugua, A.M. Cadernos de Estudos Regionais nº 3 (pág. 105).

" Dos 331 empregados, em 1977, 20 eram japoneses e 311 brasileiros. Só que, do capital gasto com a remuneração dessas pessoas, ou seja Cr\$1.228.300,00, 36% são destinados aos funcionários japoneses, que representam apenas 6% do total das pessoas empregadas. Os outros 64% do capital utilizado na folha de pagamento são destinados aos brasileiros, que representam 94% do total de pessoal empregado. Sem contar que desse total de brasileiros, existe uma pequena "concentração de salários", pois neste percentual de brasileiros estão incluídos os funcionários administrativos, que ganham um pouco mais. A média de salários dos 20 japoneses, naquele ano de 1977, era de Cr\$2.520,00, estando aí incluídos os funcionários administrativos que recebem um pouco mais. Pois, sem eles a média baixaria para Cr\$1.600,00"¹.

Podemos ainda constatar que, apesar de a COPESBRA, ter figurado como a única indústria do município, existia em Luce na a instalação de uma fábrica de tapetes, de capachos e de beneficiamento da fibra do coco, na sede do Município, que, no entanto, não recebeu nenhum incentivo, devido ao seu desenvolvimento sob moldes artesanais, tanto no equipamento como na técnica de trabalho. A matéria prima utilizada era a bucha seca do coco, que era obtida, gratuitamente, dos proprietários dos sítios de coqueiros. Com o auxílio do fio de agave tecia-se o pano que depois era submetido a um acabamento manual, que constava de arremate dos fios e queima para nivelar a superfície e a pintura. A mão-de-obra era

Madruga, A. Moacyr

(1) A questão da Baleia: da Luta Ecológica à exploração Humana.

Cadernos de Estudos Regionais nº 3. Pág. 102.

reduzida, havendo acúmulo de funções, por parte dos empregados, e o produto era destinado principalmente a Pernambuco e a São Paulo. Para este último eram destinadas as fibras do coco que serviam para enchimento de estofados na Volkswagen.

FOTO 9 A coleta bimestral do coco utiliza uma divisão técnica do trabalho onde está envolvida apenas a população masculina adulta e jovem, cujo salário é pago por produção. As atribuições são a subida no coqueiro, a coleta dos frutos, o transporte para local adequado. Após essas etapas é que o coco é manipulado para perder a casca, utilizando-se para isso a foice e a habilidade individual de cada pescador. Lucena - 1980.

Em 1982, a fábrica faliu e desempregou pessoas que não tiveram mais a oportunidade de assalariamento sistemático na comunidade, mesmo permanecendo o mercado de trabalho, proporcionado pela coleta bimestral do coco que se encontra limitado. Talvez haja alguma perspectiva quando da produção dos sítios novos da MAGUARY-KIBON.

Do ponto de vista do emprego da mão-de-obra na indústria, podemos dizer que este é insignificante para o município pois a relação maior se dá na própria vila de Costinha onde está localizada a indústria e mais para o norte, na vila de Fagundes, que é considerada ponto estratégico em relação à localização da COPESBRA: " ... aquilo ali surgiu através do povo, porque estou, notando no aspecto geográfico, Fagundes é o lugar mais sensato , pois é mais próximo à Costinha. Olha aí a indústria dando seus efeitos ali dentro da feira "desse tamanho". Aquilo ali é a indústria da pesca, porque eles vêm de Costinha fazer a feira ali, mas não querem vir de Costinha fazer feira em Lucena, eles vão fazer em Cabedelo... tem cara que vai atrás, bota o balaio, vai faz feirinha dele e vai para casa. Gameleira também, então fica Gameleira, Ponta de Lucena, Fagundes, Costinha e fica naquela confluência..."¹

Não podemos desconsiderar a possibilidade do avanço na técnica de industrialização do pescado, dada a localização geográfica das comunidades à beira-mar; nem podemos desconsiderar o fato da presença de uma indústria como absorvedora de parte do potencial de mão-de-obra. O que não se justifica é a utilização desses recursos naturais e humanos; na forma de exploração tal como é dada. Isto, como se o benefício para a comunidade além dos míseros 2% do ICM arrecadado, fosse o trabalho que a indústria possi

(1) Entrevista do Prefeito de Lucena.

bilita, pois o consumo dos seus produtos não são base da dieta alimentar na região. Constatamos, em pesquisa de campo, que um mínimo de famílias consome regularmente, no período da caça, a carne de baleia fresca, sendo a charque destinada ao interior da Bahia e a melhor carne fresca exportada para o Japão, onde a Nippon mantém a maior cadeia de pontos comerciais de frios, no Japão.

Outra alternativa para o emprego da mão-de-obra disponível poderia ter sido criada com a instalação da MAGUARY-KIBON, que provocou um verdadeiro êxodo rural para poder implantar-se. Adquirindo, pouco a pouco, as propriedades, o grupo tratou de extinguir por completo a paisagem construída nas propriedades adquiridas tirando fora não só a vegetação (inclusive de árvores frutíferas) como também as habitações e com eles seus habitantes. A paisagem que se construiu conta atualmente com a extensa cultura do coco e da soja, e não exige o emprego maciço da mão-de-obra disponível no local. Do ponto de vista da continuidade da paisagem, temos essas culturas novas, limitadas com o cultivo do abacaxi, da cana-de-açúcar e com áreas residuais de matas de encosta dos vales. Todas essas culturas, exceto a cana-de-açúcar, têm no aspecto da absorção de mão-de-obra, um caráter sazonal. Isto dá margens à dificuldade de se estabelecer uma divisão do trabalho, havendo uma generalização da terminologia utilizada para designar esses trabalhadores. São os trabalhadores braçais que se vêem obrigados, na sua luta pela subsistência, a se sujeitar ao trabalho que aparecer desaparecendo, dessa forma, a possibilidade de uma especialização no trabalho.

E na atividade canavieira que se concentra o moviu

mento constante de mão-de-obra. Isso não significa que as condições de trabalho e a sobrevivência dessa mão-de-obra sejam melhores. A expansão dessa atividade no Município está relacionada com a utilização do solo, nas áreas de tabuleiro. Antes pontilhado de pequenas propriedades, o tabuleiro representava a esterilidade da terra para outras atividades além da agricultura de subsistência. Por essa razão, a instalação do habitat sobreviveu tradicionalmente nesta paisagem, de uma forma conservadora, isto é: como uma reserva disponível de mão-de-obra. As atividades desenvolviam-se, dando continuidade ao padrão de subsistência. Isto, porque, num primeiro momento, o que interessava era a reprodução do homem pelo consumo imediato da produção. Isso se dava, tanto ao nível da troca de mercadorias com os habitantes das praias (troca de farinha por peixe seco) como ao da comercialização feita nas feiras.

Com as diretrizes da política do PRO-ÁLC00L, que confere financiamento de acordo com a extensão das terras cultivadas, oficialmente se perpetuam, de outra forma, os títulos das propriedades pela vastidão dos latifúndios. A concretização disso no espaço se dá com uma gama infinita de repercussões que marcaram profundamente os antigos moradores dos tabuleiros. A sua imigração representa uma mudança descontínua no tempo e no espaço. No tempo, porque muda o estágio de cultura; no espaço, porque muda o espaço tradicional. Ela se reflete não só na retirada de fato da população de um sítio, como passa a interferir no conjunto das relações sócio-econômicas de um contexto muito mais amplo da economia propriamente dita. A cana-de-açúcar, além de dominar as vastidões do vale do Paraíba e suas encostas, ocupou o tabuleiro, desempenhando o seu papel de reprodutora das desigualdades na dis

tribuição das terras e da renda.

No tocante à forma de aproveitamento do solo, sabemos só ser possível o aproveitamento para o cultivo da cana, com o uso de adubos e corretivos de solo, cuja prática emprega mão-de-obra, mas desgasta o solo e impõe o risco de infiltração através da água e a poluição das nascentes existentes, além dos efeitos para o solo trazidos pela monocultura, como por exemplo, o rápido desgaste e o acelerado processo de erosão.

Da mesma forma que o Estado participa na manutenção da COPESBRA, no Município, participa também da transformação ocasionada pelo PRO-ALCOOL, com incentivos que cobrem, no Centro-Sul, 80% dos financiamentos com 17% de juros ao ano, e no Norte-Nordeste, 90% dos financiamentos com 15% de juros ao ano.¹

Por um lado, Lucena tem a expansão do seu potencial de mão-de-obra ativa, limitada ao sul, pelo estuário e pelo Município de Santa Rita; ao oeste, pelo mesmo Município - onde os limites são apenas políticos, pois a produção canavieira mantém a continuidade espacial na paisagem - , ao norte, seus limites com o município de Rio Tinto representam uma débil ligação, uma vez que, a grande propriedade - produtiva ou não - está nas mãos do grupo proprietário das Casas Pernambucanas.

(1) Bueno, Ricardo. PRO-ALCOOL. Rumo ao Desastre. Ed. Vozes, 1980 ,

SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO E DOMICÍLIO EM LUCENA, E NOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES. 1980

	TOTAL	SITUAÇÃO URBANA		TOTAL	SITUAÇÃO URBANA	
		H	M		H	M
Lucena	1.440	691	749	7.912	2.462	2.450
Santa Rita	52.707	25.263	27.444	8.990	4.619	4.371
N.S.do Livramento	1.308	651	657	5.222	2.697	2.525
Rio Tinto	12.494	5.742	6.752	6.392	3.233	3.159
Camurupim	583	277	306	783	420	363
Marcação	1.465	716	749	1.679	850	829
Salema	567	295	272	578	300	278

FONTE: Censo Demográfico

Dados Distritais/Fundação

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro - IBGE, 1982.

Considerando que, à medida que novos trabalhadores, sem qualificação profissional, ingressavam no mercado de trabalho de Lucena, ocorria também uma baixa da remuneração do trabalho. Observa-se que o nível da produtividade baixou com o aumento da concorrência ao trabalho.

Dessa forma, aumentou também o nível do subemprego, representado pelo desempregado, pelos semiempregados, como: agricultores, artesãos, trabalhadores autônomos etc.

- (1) "Basicamente, o que o conceito de subemprego procura refletir é que uma parte da força de trabalho efetivamente empenhada em certos tipos de atividade econômica está ociosa durante uma parte do tempo, ou, se está trabalhando, e quase improdutivo. Tal desperdício de trabalho é disfarçado na medida em que a parcela redundante da força de trabalho não aparece entre aquelas que estão procurando ocupação mas não a encontram".

4.3 - As Convicções Ideológico-Políticas sobre a Pesca e suas im plicações nos discursos

Os discursos que seguem resultam de entrevistas que procuraram captar informações necessárias ao entendimento das con
tradições entre o processo de evolução da pesca em Lucena e o com
portamento das instituições envolvidas com a atividade pesqueira.

Os entrevistados são apresentados na ordem seguinte: um Presidente da Colônia de Pescadores de Lucena; um técnico e uma extensionista do PESCART; dois pescadores,¹ o Sr. Israel e o Zé Fe
degoso.

A Colônia é subjugada à Capitania dos Portos e, ao mesmo tempo, responde à SUDEPE. funcionava com dois funcionários gratificados, não efetivos em 1979 e tem jurisdição também sobre a atividade pesqueira no município de Santa Rita e nas suas comu
nidades ribeirinhas, como Forte Velho, Tambauzinho e Ribeira, no estuário do rio Paraíba.

O presidente da Colônia é visto como uma autoridade para o pescador, pois sua função é a de legalizar a atividade da pesca e incentivar a legalização, pelos benefícios que esta po
de trazer. Ao ser indagado se todo pescador de Lucena era matriculad
o, respondeu: "Não, a maior parte é, não todos. Estou trabalhando

(1) O primeiro, pela sua condição de pescador que, mesmo migrando para Santos e conhecendo outra realidade, resolveu voltar para Lucena. O segundo, também pescador, também migrou para Santos e, após sucessivos retornos a Lucena, decidiu permanecer em Santos.

sobre isso. Eles pensam que estou fazendo o mal, mas não estou, es
to fazendo o bem. Hoje o pescador tem dez filhos - aqui no nosso
 Estado, já em Santos é diferente, noutro Estado é diferente - dez
 filhos, ele e a mulher são doze e eles não ligam para tirar os do
cumentos. Entretanto todos têm direito ao cartão do INPS. É uma
 coisa muito importante, a gente batalha demais, já estou cansado
 acredito assim, em batalhar com eles, porque eles vem trazendo na
 brincadeira, uns acham ruim, outros acham melhor e tal..."¹

Poderíamos, no entanto, interpretar de outra manei
 ra o comportamento do pescador, face aos benefícios oferecidos pela
 Colônia de Pescadores, que propicia a assistência à saúde, desde
 que o indivíduo se documente e, dessa forma, documente o Estado so
bre a sua existência e atividade. A colônia para os pescadores re
presenta, em primeiro lugar, um papel de controle no desenvolviment
o da atividade pesqueira. Em segundo lugar, os critérios de recon
hecimento da necessidade de benefícios auxiliares (como por exemp
lo: uma feira para quem não tem condições temporárias de trabalhar)
 são subjetivos e carregados de juízos de valor:

Ser matriculado significa, para o pescador, a lega
lização de sua atividade. Isto é o direito de pescar sem ser inco
modado pela colônia.

A fiscalização, porém, permite o uso da mão-de-obra
 do menor que ingressa cedo no mercado de trabalho, seja por tradiç
ão familiar na atividade, seja por falta de opções em outras ati
vidades.

Como resultado do envolvimento da mão-de-obra menor

(1) Entrevista com o Presidente da Colônia.

Dossiê de Entrevistas, pág. 2, 1979.

de idade numa atividade improdutiva que lhe desgasta muito fisicamente, encontramos um alto grau de analfabetismo.

A visão que o presidente tem da condição do analfabetismo, entendido pelo Estado como um dos empecilhos ao avanço da técnica, é a de que "... o pescador é o seguinte: tanto faz o pescador, como agricultor, eles não querem estudar, e a tendência do Governo é não consentir mais analfabetos no país. Mas a gente numa luta tão grande para que eles aprendam ao menos assinar o nome, que causa até aborrecimento para o presidente, porque nós temos escola em todas as praias para o pescador, é o MOBRAL. E tem também o integrado, para depois do MOBRAL ele sair para o ginásio. Mas que eles não querem, querem anarquizar, fazem isso, aquilo outro e tal, fazem o que não interessa¹¹. Localizada na Colônia há uma escola que tem em média por ano, aproximadamente, trinta matriculados mas dos que iniciam o curso, às vezes, apenas quatro alunos chegam a terminá-lo, numa demonstração de que a escola não tem prioridade na vida do pescador que, em criança, não frequentou a escola, por entrar muito cedo no mercado de trabalho. Quando adulto, não tem incentivo pessoal, por não manter nenhuma perspectiva com relação às suas condições de trabalho.

A condição de Presidente da Colônia é obtida mediante eleição feita pelos pescadores. Essa representação não era constituída, no momento, por um cidadão com as mesmas condições de classe que pudesse assim ter

(1) Dossiê da entrevista pag. 11. Presidente da Colônia de pescadores.

uma perspectiva política envolvendo, de fato, as questões que afetam o pescador artesanal. Porém havia por parte do mesmo o reconhecimento da pouca possibilidade do pescador em ser envolvido pelas políticas do Estado.

"... eu garoto me lembrava que havia muito peixe, um balaio - como chamam - de curvina - comprava a 20 mil o cento, a 20 mil réis o cento de curvina grande. Então eu acho que aquilo ali, todo tempo vai diminuindo tudo, a população também, vai tudo fracassando. Eu não acredito que seja outra coisa, porque antigamente não existia esses arrastos, era só rede de campanha lá fora e matavam muito peixe. Hoje os arrastos puxam lá de fora e não vem nada. Eu acredito que seja o tempo. Agora, existe também, pode existir, a produção do peixe, mas houve o desenvolvimento, a ajuda do Governo para os pescadores, que até hoje estão tendo ajuda, mas é uma ajuda muito pequenininha, uma ajuda que eles nem querem saber, porque eles tiram a rede, que esta rede é preciso que eu vá, ..., ou qualquer outra pessoa para afiançar. Eles não tem o direito de tirar sozinho. Então todo mundo não quer afiançar um pobre pescador, não é? Eu acredito isso também".¹

Aqui é reconhecida, além da redução da produção pesqueira, a inexistência da acumulação na atividade para a maioria dos pescadores e o seu descrédito no mundo financeiro - o que torna as perspectivas de desenvolvimento da atividade desestimulantes para os que a exercem e limitam as expectativas de ingresso na atividade.

(1) Dossiê de entrevistas. Presidente da Colônia de Pescadores de Lucena, pág.03. 1979.

A evasão de pescadores não se deu de forma a abalar a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da atividade pesqueira, mas, para isso, houve a participação de novos elementos compostos da população imigrante em Lucena.

O lento desenvolvimento da economia pesqueira para os pescadores promoveu, também, a redução da parcela de mão-de-obra feminina, envolvida na atividade.

As mulheres, habitualmente, promoviam o processo de salga e da conservação do peixe seco.

Parte dessa atividade da pesca, como a salga do peixe miúdo, que era feita principalmente por mulheres jovens e idosas e que diminuiu de importância enquanto atividade, é entendida pelo Presidente não como atividade em descenso mas como uma evolução da condição de vida na comunidade.

A possibilidade da aposentadoria para o trabalhador mais velho tanto da população masculina quanto da feminina, devido a sua condição de antigo agricultor ou pescador, tornou-se, quando concretizada, um meio de manutenção de pessoas jovens com ocupação de pouca produtividade ou mesmo sem nenhuma ocupação que vivem como parentes ou agregados do aposentado.

Os períodos de pagamento dessas aposentadorias - pagamentos - esses feitos, em grande parte, em João Pessoa - movimentam o ritmo da cidade de Lucena. Esse movimento dá-se tanto na circulação dos transportes quanto no comércio, uma vez que há des

locamentos de população para a capital do Estado, para a sede do município e também se dá o pagamento das dívidas no comércio local.

A diminuição do pescado e a possibilidade de expansão são do mercado de trabalho, sobretudo para os serviços domésticos, foram orientando a evolução da ati

FOTO 10 O trabalho de retirar o pescado do sargaço é hoje em dia efetuado pelos próprios pescadores e ainda por crianças, e já não se desprezam as espécies novas encontradas como se fazia anteriormente. Os pontos de pesca do arrasto ficam sempre marcados em terra pela acumulação dos sargos. Lucena - 1980.

vidade exercida pela mão-de-obra feminina. Foi assim, tornando-se cada vez mais evidente que a atividade pesqueira não tinha condições de acompanhar a mudança de função da comunidade. Por outro lado, o envolvimento da comunidade como um todo com a atividade pesqueira não deixou de existir e ter muita importância.

Para uma tentativa de solução dos problemas, principalmente dos de ordem econômica e cultural, a atividade pesqueira em Lucena, através da EMATER, se viu assistida por um serviço de extensão, promovido pelo PES CART - Plano de Assistência à Pesca Artesanal;¹ cujas metas eram a assistência na obtenção de equipamento, na educação e na economia doméstica.

Os funcionários do PES CART instalaram-se numa base em Lucena e constavam de uma extensionista social e um técnico.

... "Vou dar uma geral, para que vocês tenham um conhecimento do desenvolvimento do serviço de extensão. Como é do conhecimento de vocês a EMATER que atualmente é EMATER, era ANCAR, iniciou o exercício de extensão rural há 30 anos atrás. Então esse serviço começou só ligado ao setor agrícola, e só em 1975 é que iniciamos o serviço de extensão pesqueira, dada a necessidade de dar assistência ao pescador artesanal. É o pescador artesanal, é o pescador que nós consideramos um pescador de baixa renda. Então, a SUDEPE fez o critério de pescador artesanal e pesca

(1) NOTA: O PES CART foi criado em 1973, mediante convênio firmado entre SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) e INCRA/BNCC.

dor industrial baseada apenas na renda, e nesse caso o setor industrial fica dispensado do nosso trabalho, haja vista que aqui em Lucena nós temos a indústria da pesca da baleia, então nós não temos contato, quer dizer, vínculo nenhum sobre a assistência técnica a esse pessoal. Só o pescador de baixa renda que está dentro do nosso plano de trabalho, da nossa assistência.

... o pescador artesanal é o homem que vive diretamente ligado à pesca, vive pescando, trabalhando e produzindo. Geralmente o industrial fica de fora e alguém vai trabalhar para ele, então não é o nosso caso. Dentro de nossos objetivos, de nossas metas, nós temos que atender o setor econômico e o setor social. ... nós temos metas a atingir dividida em assistência técnica, o crédito rural orientado... financiamento é feito através do Banco do Brasil pela linha de crédito denominado PROTERRA. Esse PROTERRA ele visa financiamento para agricultores e no caso agora para pescadores, e o juro é mínimo possível dentro das linhas de crédito do Banco, que no momento é de 10%. O ano passado era de 7%, e aí se divide em investimento e custeio. Investimento é para embarcações de motores, o prazo é de 5 anos. E todo pescante, armadilha de pesca, é custeio e o custeio como área do pescador ele tem que pagar aquilo em 1 ano, ... daí nós enfrentarmos algumas dificuldades junto aos pescadores de baixa renda, inclusive essa linha de crédito exige garantias reais dos pescadores ou senão, no caso o aval. A não ter aval ou garantia real jamais o pescador vai ter condições de ter direito a um financiamento"¹

(1) Dossiê de entrevistas, pág. 59 e 64. Entrevista com o técnico do PESCAR em Lucena. Janeiro de 1979.

Na prática, porém, a assistência oferecida pelo PESCART com o serviço de extensão pesqueira não conseguiu atingir, o pescador artesanal. A comunidade pesqueira foi envolvida por esse serviço de extensão, mas não tinha condições nem de se desenvolver apenas por esse estímulo, nem de acompanhar as propostas pretendidas.

A maioria dos pescadores não se interessava em informar-se com detalhes sobre o plano de assistência. Pairava sempre o receio de não poderem pagar o financiamento e com isso perderem o equipamento.

Os critérios adotados para selecionar os financiamentos, como avaliar a personalidade do pescador, a sua institucionalização mediante documentos e aval ou garantia real, foram o suficiente para excluir a maioria deles.

Quanto à capacidade técnica dos pescadores, não existe a tradição de pesca do alto-mar, mas era justamente para lá que deveriam dirigir-se os barcos motorizados financiados.. Essa também era uma dificuldade a ser enfrentada, isto é, a navegação com equipamento novo, para uma maior duração de tempo de atividade no mar, bem como a busca de outros pesqueiros¹, em outros canais. O técnico do PESCART explicou que "...esse foi um dos critérios que nós tivemos de selecionar esse pessoal com cuidado, porque inclusive a turma sente dificuldade dessa introdução de embarcação, em virtude

(1) Locais de possíveis concentrações de determinados peixes.

disso, mas em função dos cursos que nós introduzimos anteriormente e como também alguns dos pescadores de Lucena já tinham tido possibilidade de operar embarcações em alto-mar, em Cabedelo e em outra praia por aí, então, isso possibilitou a gente de introduzir essas embarcações"...¹

FOTO 11 A jangada de pau ou de madeira regionalmente assim denominada é um tipo de equipamento que gradativamente foi substituindo a jangada de cortiça. Por conta da facilidade maior em se encontrar material para sua construção. A durabilidade dessa embarcação também é maior uma vez que é utilizada material sintético no seu recheio. Lucena. 1980.

(1) Entrevista com o Técnico do Pescart em Lucena.
Dossiê de Entrevistas. Pág. 68. 1979.

Para o manejo de um equipamento mais sofisticado, como o barco motorizado, que exige maiores conhecimentos da morfologia marinha, há a necessidade de saber ler, saber matemática, necesidade essa, surgida também para o acompanhamento de cursos de marinharia.

"Já é pensamento nosso, quer dizer, EMATER, SUDEPE, e Capitania dar um curso a nível de patrão de pesca, quer dizer, comandante de barco, mas uma das dificuldades que nós encontramos, inclusive a Capitania na hora que nós tivermos condições de selecionar esse pessoal a capitania entra com os recursos, não tem problema nenhum, inclusive pagar professores, mas o problema principal é justamente a parte cultural de cada pescador, que aí esses cursos vão exigir um pouco de matemática, de português, para que o cara tenha condições de acompanhar o curso e justamente isso não está sendo fácil no setor pesqueiro. Hoje, visto que nós trabalhamos com o MOBRAL, procuramos incentivar, abrindo salas de aula por tudo quanto é comunidade do setor pesqueiro, mas mesmo assim não conseguimos um número. Atualmente a gente juntando todo o litoral da Paraíba, apenas 5 pescadores nós conseguimos com essa condição de receber esses cursos, que não justifica um investimento para 5 pescadores..."¹

Aqui reaparece a falta de investimento feito no setor pesqueiro artesanal, resultando, inclusive, no baixo consumo de serviços, como a educação, e não havendo um investimento para a

(1) Entrevista com o Técnico do Pescart em Lucena.
Dossiê de Entrevistas. Pág. 49. 1979.

escolarização, o desenvolvimento da técnica fica mais difícil de reforçar.

O tipo de orientação oferecido pelo PESCART, através da extensionista social, refere-se a saúde, nutrição e educação.

Essa orientação decorre da visão de que "... os pescadores aqui tinham uma vida muito rudimentar e precisava sim ser mais desenvolvido, mais intruído, mas não que não saibam, e com a orientação seria bem melhor, facilitava mais a vida, evitar mais as doenças porque aqui a área é muito contaminada, evitaria a verminose que é a principal doença. Sobre o preparo de comida a gente tem dado assim através de reuniões de treinamento sobre transformações de alimentos de indústria caseira, para eles aproveitarem os alimentos que têm disponibilidade aqui na região. Muitas vezes eles nem sabem aproveitar, através de receitas práticas que a gente faz, é bom para eles aproveitarem. ... através desses treinamentos é que estão sendo feitos aqui sobre aproveitamento de alimentos disponíveis, o consumo dos alimentos calóricos, a utilidade biológica desses alimentos, então a gente tem orientado sobre isso ... coisas que se faz no treinamento, nas reuniões... ensinamos a organizar uma mesa como servir um convidado, tudo isso através dos treinamentos..."¹

Poderíamos dizer que possivelmente esses treinamentos seriam mais eficazes, se fossem mais objetivos e assumissem a

(1) Dossiê de entrevistas pág 54/57 Extensionista Social do PESCART em Lucena. 1979.

formação de mão-de-obra principalmente feminina, para os serviços, necessários à manutenção da função de balneário em Lucena. Pois , se o mais difícil é obter a comida diária, necessária à sobrevivência, soa meio paradoxal a existência de treinamento sobre o preparo de alimentos. Com relação à saúde, será impossível controlar a verminose, enquanto toda a população urbana não tiver acesso à infraestrutura urbana.

'Na área de saúde, a população daqui é contaminada, toda vermifugada, e principalmente a esquistossomose o índice aqui é altíssimo. Quando eu vim para cá comecei um trabalho integrado... veio a Fundação SESP. Tudo isso, como medidas preventivas e também os filtros que a EMATER nos envia anualmente, um número de 6 filtros para introduzir através de reuniões para o ataque à verminose. Esses filtros são financiados e custam mais ou menos 150 cruzeiros o nº 5, e o pessoal vai pagando lentamente, mas são pessoas que me recem confiança... aquele que não tem responsabilidade, não liga à família, ele bebe, ele pega aquele dinheiro que ganha de uma pescaria e não emprega em casa, em benefício para a família, vai beber cachaça, então não podemos beneficiar um homem desse. Ele tem um procedimento normal, ele pesca sempre, não falta o trabalho, mas coitado quando pega um dinheiro, ele torra até acabar"¹

As medidas paliativas para vencer a contaminação , efetivadas pela Fundação SESP - Serviço Especial de Saúde, foram a instalação de sanitários e banheiros de construção pré-moldada . A baixa qualidade do material empregado, juntamente com a qualidade do

(1) Dossiê de Entrevistas. Extensionista Social de Pescart. Janeiro 1979, página 58.

funcionamento dessas construções, determinou a desativação de muitas delas, num curto prazo.

Quanto aos filtros de água, esses tiveram uma participação limitada da comunidade, uma vez que os critérios de confiança, para o crédito dos mesmos, vão de encontro às práticas culturais do pescador. Práticas essas, condicionadas pela sua situação econômica.

A legalização da atividade pesqueira, na verdade, não consegue sensibilizar a totalidade dos pescadores, pelo fato de que os benefícios oferecidos não atuam com o incentivo que pretende a instituição. E no caso do analfabetismo, considerado como um empecilho à modernização da técnica, podemos muito bem entender por que este é levado com descaso. O que acontece na verdade, é que há um descrédito muito grande das possíveis melhorias de vida oriundas das instituições do Estado. Uma postura semelhante acontece com os trabalhadores da atividade agrícola. O fato da redução na produção do pescado tem como tentativa de solução, por parte das instituições do Estado, a evolução da técnica que, associada à idéia já formada sobre descaso do Estado pela atividade não motiva a maioria dos pescadores, porque se sabe que, sem o aval, nada se consegue. Isto aponta para a enorme contradição da instituição entre o que diz e o que faz, já que os ditos propósitos visam a atender o pessoal de baixa renda. Não há pois como exigir aval ou garantias de quem não tem nenhuma acumulação de capital. Ao mesmo tempo, sabemos da precariedade do serviço da educação nas pequenas cidades e sítios. O acesso, se bem que público e gratuito, requer tempo para dedicação. Isso

é impossível para muitas famílias, cuja sobrevivência não é garantida sem um trabalho incessante e de pouco rendimento. Assim a falta de instrução reflete uma condição de classe - o que os impossibilita de serem agraciados com os benefícios que a atividade pesqueira recebe através das instituições do Estado.

A precariedade da saúde, vista como consequência da desinformação, é outro alvo encontrado pelo Estado, para desperdiçar recursos com atividades que são medidas paliativas para a comunidade pesqueira. É evidente que, no momento em que vive a comunidade, é discriminadora a forma de financiar filtros a uma população altamente contaminada com a esquistossomose. Além de serem medas paliativas, são todas permeadas pelo conceito discriminador que se tem, sobre uso que o pescador faz do dinheiro que ganha do seu próprio trabalho.

OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUCENA EM
1975

BASE CARTOGRAFICA FOLHAS TOPOGRAFICAS DA SUDENE - FLS. 58-25 YA-VI-3-3E, 50 e NO

(ABDCAR-J RENATO - NOV-95)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No litoral brasileiro, o fenômeno da valorização imobiliária promoveu o loteamento da maioria das terras da costa litorânea. Nas formas de ocupação anteriores a essa valorização imobiliária encontrava-se muitas vezes uma ocupação voltada para a produção de subsistência. Quando o sítio era beneficiado pela morfologia litorânea, essa produção de subsistência era composta também pela atividade de pesca. Muitas vilas e povoados do litoral, as mais das vezes, localizam-se em propriedades particulares - o que fez com que o destino das formas de ocupação estivesse sempre atrelado aos interesses dos proprietários, sendo esses interesses viabilizados pelo Estado, condicionando-se dessa forma o desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas comunidades e, entre elas, a atividade pesqueira artesanal.

A medida que, em algumas vilas e povoados, o número, de pescadores e o envolvimento da população com a pesca assegurou o desenvolvimento dessa atividade e das próprias comunidades, foi crescendo a necessidade do reconhecimento oficial da mesma. Esse reconhecimento significou para o pescador uma tentativa de controle por parte do Estado sobre o desenvolvimento da atividade e, ao mesmo tempo, uma perspectiva de manutenção do pescador como segurado do mesmo.

No entanto, o reconhecimento oficial da atividade não promoveu o pescador no seu mercado de trabalho.

Em Lucena, a atividade pesqueira foi atingida tanto pela produção insuficiente do pescado como pelas condições de reprodução do pescador, uma vez que a valorização imobiliária alterou suas condições de sobrevivência.

Com relação à baixado volume da produção pesqueira, três hipóteses poderiam ser levantadas: a primeira seria a de que a produção do pescado hoje é insuficiente, porque a população cresceu e o mercado aumentou; a segunda seria a de que a produção do pescado sofreu esse declínio, devido às descargas de vinhoto feitas pelas usinas e destilarias que utilizam o rio Paraíba com essa finalidade (isso ocasionaria a morte de microorganismos do estuário do rio Paraíba, componentes da cadeia alimentar dos peixes); a terceira, muito considerada por pescadores mais antigos na atividade, seria a de que a produção do pescado diminuiu com o uso intenso das redes de arrasto, que sucederam à pesca flutuante de campanha. Segundo os pescadores, as dimensões das malhas e o fato de arrastarem tudo o que encontram no fundo seriam os responsáveis pela morte de filhotes de vários tipos, impedindo assim a reprodução crescente do pescado.

Podemos considerar que as hipóteses levantadas não podem, isoladamente, conter argumentos explicativos para a redução do pescado, mas que todos os argumentos são válidos, uma vez que se levem em consideração as condições de trabalho do pescador, em relação às técnicas utilizadas e à sua inserção no mercado consumidor, num momento do desenvolvimento econômico Brasileiro, essencialmente a partir da década de 1970. Este fato, aliás aumentou a dependência do pescador de outros produtos para a sobrevivência, dificultando a subsistência ante o pouco e irregular pescado e ante a pouca mobilidade

que se foi estabelecendo, em relação ao contato do homem com a natu¹²¹reza, à medida que a pretensa urbanização da cidade foi restringindo e, às vezes, destruindo os espaços de livre acesso à comunidade, utilizados com fins de sobrevivência.

No litoral norte da Paraíba, onde estão localizados os dois maiores estuários do Estado - o do Mamanguape e o do Paraíba, apenas três municípios mantêm a atividade pesqueira no principal núcleo de povoamento: Cabedelo, Lucena e Baía da Traição. No entanto, em Lucena, a pesca não se desenvolve no mesmo estágio que nos outros núcleos, em relação à técnica e ao nível de organização dos pescadores. Os pescadores em Lucena, na sua maior parte, não possuem a propriedade do equipamento. As suas habitações estão localizadas em sítios de coqueiros, cujo destino foi o mesmo de quase todas as propriedades rurais, situadas no litoral, em contato direto com o mar. Isto é: a fragmentação das propriedades em loteamentos de lotes urbanos e, ao mesmo tempo, a manutenção e a ampliação de médias e grandes propriedades que, na maioria dos casos, não estão em contato direto com o mar.

Com a atividade pesqueira desenvolvendo-se em mol^{des} artesanais em Lucena, produziu-se uma transformação na vida do pescador. Por um lado, tornou-se necessária a integração do pescador na viabilização dos projetos do Estado; por outro, criaram-se novas condições de cerceamento, quanto ao acesso do pescador a um nível de vida melhor. Na própria forma de organização espacial do momento, podemos constatar que, em Lucena, o loteamento das propriedades em lotes urbanos deu-se de uma forma que reflete a estratificação social existente, acrescentando novos elementos à paisagem urbana, com a construção de prédios (casas com arquitetura comum às

cidades maiores) e com a implantação de serviços. Esse acréscimo de elementos à paisagem também ocorreu com a nova forma que tomou o espaço para a ocupação destinada aos pescadores e à maioria da população-imigrante na sede do Município. Isto, porque a população da comunidade passou por um crescimento rápido, no qual participaram elementos provenientes tanto do próprio município como de municípios vizinhos. Houve também uma maior incidência de aposentados e de mão-de-obra envolvida nos destamamentos que têm servido para o posterior plantio da cana-de-açúcar no município de Lucena.

A produção da cana-de-açúcar foi o motivo condicionante do surgimento de Lucena enquanto vila e assegurou o desenvolvimento da comunidade, com a participação da atividade pesqueira. Entretanto o desenvolvimento da produção canavieira, no município de Lucena, orientou a valorização das propriedades, interferindo no mercado de trabalho do município, e participando, ativamente, tanto no desaparecimento dos ecossistemas dos tabuleiros e da Mata Atlântica como da poluição e assoreamento do estuário do rio Paraíba.

Dessa forma, todo o movimento que ocorreu nas paisagens do município de Lucena e nos municípios vizinhos, promovido por uma nova forma de organização espacial, repercutiu no mercado de trabalho. Pelas potencialidades biológicas estuarinas e pela existência de um estuário localizado muito próximo à praia de Lucena, a manutenção da atividade pesqueira é uma possibilidade viável para a mão-de-obra disponível na região. Porém, a dificuldade de acesso aos incentivos nesse setor de atividade continua a dispersar parte da mão-de-obra nela envolvida, introduzindo novos elementos na atividade pesqueira e envolvendo trabalhadores menores de idade, impossibilitando ou dificultando o seu acesso à escola.

Toda essas condições demonstram uma tendência ao futuro desaparecimento da pesca artesanal em Lucena, a exemplo do que já ocorreu a alguns tipos de pesca e de equipamentos, como a pesca de campanha e a pesca com jangada de cortiça. Os pescadores têm acompanhado algumas inovações no material utilizado, mas, no que diz respeito tradicional a canoa e a rede -, este tem sido mantido e utilizado, mesmo com a presença dos escassos botes motorizados que conseguem manter-se em atividade.

A influência de pessoas que procuram o lazer é cada vez maior, reforçando em Lucena o destino de balneário e distanciando o pescador de uma participação efetiva na própria comunidade. A figura do pescador bem sucedido em Lucena é um fato raro, pois o principal tipo de pesca desenvolvida - o arrasto - acarreta a concentração da propriedade do equipamento, dado o estágio de organização em que se encontra o mesmo.

Ao retomarmos o processo de ocupação do litoral desde a época colonial, podemos observar que as condições de produção da população no litoral permitiram o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal e de uma tradição que levou à consolidação do aprendizado para a manutenção da mesma.

As condições de vida na atividade pesqueira artesanal, gradativamente levaram o trabalhador a participar de um ritmo de consumo incompatível com a sua possibilidade de aumentar a produtividade. Isto resulta em um distanciamento crescente da organização política, e do reconhecimento dos direitos de cidadãos na sociedade.

Com a "mudança de vento" em Lucena formas do espaço saíram do lugar originando outras formas e retirando o chão dos pés dos pescadores levando-os assim da beira do mar para as terras do terral.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de

"A poluição dos cursos d'água da Região da Mata de Pernambuco"
Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
1966.

ANDRADE, Manuel Correia de

"O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste"
Recife, MINTER SUDENE, 1975

BUENO, Ricardo

"Pró-Alcool". Rumo ao Desastre
Petrópolis. Vozes, 1980

CARLOS, Ana Fani Alessandri

"Reflexões sobre o espaço geográfico"
Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.

CARNEIRO, Simone Dantas

"Terra Liberta: Hábitos alimentares em Ponta do Mato"
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropo-
logia Social da Universidade de Brasília
Brasília, 1979 (mimeo.)

CARVALHO, Ma. Conceição Vicente

"O pescador no litoral do Estado de São Paulo"
Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol.III p. 685

CASTELLS, Manuel

"A questão urbana" (Posfácio)

Seleção de Textos, nº 3, São Paulo, AGB, 1977

CHALOUT, Yves

"Estado, Acumulação e Colonialismo Interno: Contradições Nordeste/Sudeste 1960-1977"

Petrópolis, Vozes, 1978

CHAVES, Luiz Gonzaga Mendes

"Pesca Artesanal no Ceará: Tecnologia, Sistema Cognitivo e Relações Sociais"

in: Revista de Ciências Sociais, vol. VI, Fortaleza, 1974

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES

"A luta dos pescadores contra a morte". Poluição na Bacia do Rio Goiana". Mimeo

COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES

"Plano Nacional do Alcool: Agonia dos nossos rios" 1979. Mimeo

DIEGUES, Antonio Carlos S.

"Processos naturais e processos sociais num ecossistema estuarino".

CIREN, E.P.H.E. 1975

DIEGUES, A. Carlos

"Pesca artesanal e pesca empresarial no Norte e Nordeste Brasileiro". Relatório ao Instituto de Pesca, Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais.

São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1977

DRESCH, GUGLIEMO, VALVERDE, SANTOS, TRICART

"Reflexões sobre a Geografia"

São Paulo, AGB, 1980

ESTUDOS DA CNBB

"O retrocesso na Legislação Previdenciária para o pescador artesanal".

Março, 1977 (mimeo.)

FALEIROS, Vicente de Paula

"A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e Assistência Sociais"

São Paulo, Cortez Editora, 1980

FORMAN, Shepard

"The Ralf Fishermen", Bloomington, Indiana University Press
USA, 1970

GUIMARÃES, Alberto Passos

"Quatro séculos de latifúndio"

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

HARNECKER, Marta

"Conceitos elementais de materialismo histórico"

Sem lugar, sem editor, sem data

MADRUGA, A. Moacyr

Considerações gerais em torno da temática: Economia Pesqueira do Nordeste"

in: Cadernos de Estudos Regionais, nº 2, Editora Universitária
UFPB, João Pessoa, 1980

MADRUGA, A. Moacyr

"A questão da baleia - Da luta ecológica à exploração humana"
in: Cadernos de Estudos Regionais, nº3, Editora Universitária
UFPB, João Pessoa, (no prelo)

MANDEL, Ernest

"Iniciação à Teoria Econômica Marxista"
Porto, Afrontamento

MARTINS, José de Sousa

"Os camponeses e a política do Brasil"
Petrópolis, Vozes, 1981

MARTINS, José de Sousa

"Exploração e Violência". A questão política no campo
São Paulo. HUCITEC, 1980

MARX, Karl

"Introdução à crítica da Economia Política"
in: Contribuição à crítica da Economia Política
São Paulo, Martins Fontes, 1977

MELO, Mário Lacerda de

"O açúcar e o homem". Recife, MEC. Instituto Joaquim Nabuco de
Pesquisas Sociais, 1975

MONTENEGRO, Irmã Nilza

"Experiência de Pastoral entre os pescadores da praia de Pitimbu".
Paraíba, 1976 (mimeo.)

MONTENEGRO, Irmã Nilza

"Experiência de Pastoral entre as Pescadeiras de Itapissuma"
Pernambuco, 1976 (mimeo.)

MORAES, Antonio Carlos Robert

"Em busca da ontologia do espaço"
Território Livre, nº 1, UPEGE

MORAES, Antonio CARLOS ROBERT

"Geografia (Pequena História Crítica)"
São Paulo, HUCITEC, 1981

MUSSOLINI, Gioconda

"O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião"
in: Revista de Sociologia, col. VII, nº 3, São Paulo, 1945

MUSSOLINI, Gioconda

"Ensaio de Antropologia indígena e caiçara"
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

OLIVEIRA, Francisco de

"A economia da dependência imperfeita"
Rio de Janeiro, Graal, 1977

OLIVEIRA; MAMIGONIAN, MOREIRA

"Debate: Geografia e Realidade"
Território Livre, nº 2, São Paulo, UPEGE

PAIVA, Melquíades Pinto, e PAIVA, Maria Arair Pinto

"Situação Econômica Social dos pescadores artesanais do Ceará"

PRADO Júnior, Caio

"Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista"

Seleção de textos nº 6, São Paulo, AGB, 1979

PRADO Júnior, Caio

"Formação do Brasil Contemporâneo"

São Paulo, Brasiliense, 1977

PRADO Júnior, Caio

"A questão agrária"

São Paulo, Brasiliense, 1979

QUAINI, Massimo

"Marxismo e Geografia"

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

RAMOS, Eduardo Boechat

"Contribuições para um esboço tipológico do pequeno pescador maritimo brasileiro", Instituto Oceanográfico, USP São Paulo, 1978
Mimeo.

RAMOS, Eduardo Boechat

"Subsídios para uma melhor conceituação do pescador artesanal, brasileiro"

Instituto Oceanográfico, (mimeo.)

RAMOS, Eduardo Boechat

"Algumas considerações sobre a Legislação que rege a atividade profissional do pescador brasileiro"

Série Documentos, nº 7, São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1977

"RELATÓRIO DO 1º ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL DOS PESCADORES"

Olinda, 1976. Mimeo.

RIBEIRO Júnior, José

"Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro"

São Paulo, HUCITEC, 1976.

RIOS, Gilvando Sá Leitão

"A pesca artesanal como parte do setor de subsistência: sua abordagem sociológica"

In: Revista Ciência e Cultura, nº 28, São Paulo, 1975

ROTCHIL, Brien

"A pesca e seus recursos e interesses nacionais"

São Paulo, Brasa, 1975

SÁ Junior, Francisco

"Desenvolvimento da Agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência", Seleções CEBRAP I

SAMPAIO, Yony e FERREIRA, José

"Emprego e pobreza rural"

Recife, Série Pesquisa nº 7, Curso de Mestrado em Economia. 1977

SANTOS, Milton

Economia Espacial

HUCITEC, São Paulo, 1979

SANTOS, Milton

"Por uma Geografia Nova"

São Paulo, HUCITEC - EDUSP, 1978

SANTOS, Milton

"Espaço e Sociedade"

Petrópolis, Vozes, 1979

SCHNUETTGEN, Frei Alfredo

"Experiência da Pastoral entre os pescadores de Itapissuma"

Pernambuco, 1975 (mimeo.)

SCHNUETTGEN, Frei Alfredo

"Experiência de Pastoral entre os pescadores do Nordeste"

Dezembro, 1974, mimeo.

SILVA, Armando Corrêa

"O espaço fora do lugar"

São Paulo, HUCITEC, 1978

SILVA, Carlos Roberto de

"O setor pesqueiro e sua participação na história econômica recente do Brasil"

Dissertação para o Curso de Mestrado em Engenharia de Produção
João Pessoa, 1978 (manuscrito)

SILVA, J.F. Graziano da

"Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira". São Paulo, HUCITEC, 1978

SINGER, Paul

"Desenvolvimento econômico e evolução urbana"

São Paulo, Editora Nacional, 1977

SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO

"Carta de Princípios". São Paulo, (mimeo.)

SUDENE/Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Paraíba

"O mercado de pescado na grande JoãoPessoa/Paraíba" NAI, 1974

SWEEZY, Paul M.

"Teoria do desenvolvimento capitalista"

Rio de Janeiro, Editora, 1976

VÁRIOS AUTORES

"Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira"

São Paulo, HUCITEC, 1978

VÁRIOS AUTORES

"Capital e trabalho no campo"

Col. Estudos Brasileiros 7, São Paulo, HUCITEC, 1977

WAIBEL, Leo

"Princípios da colonização européia no sul do Brasil"

Revista Brasileira de Geografia, nº 2, Ano XI, AB/JUN. 1949.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.